



Belo Horizonte
Ano 9
Número 28
Junho/Julho — 1989

JORNAL DO PSICÓLOGO

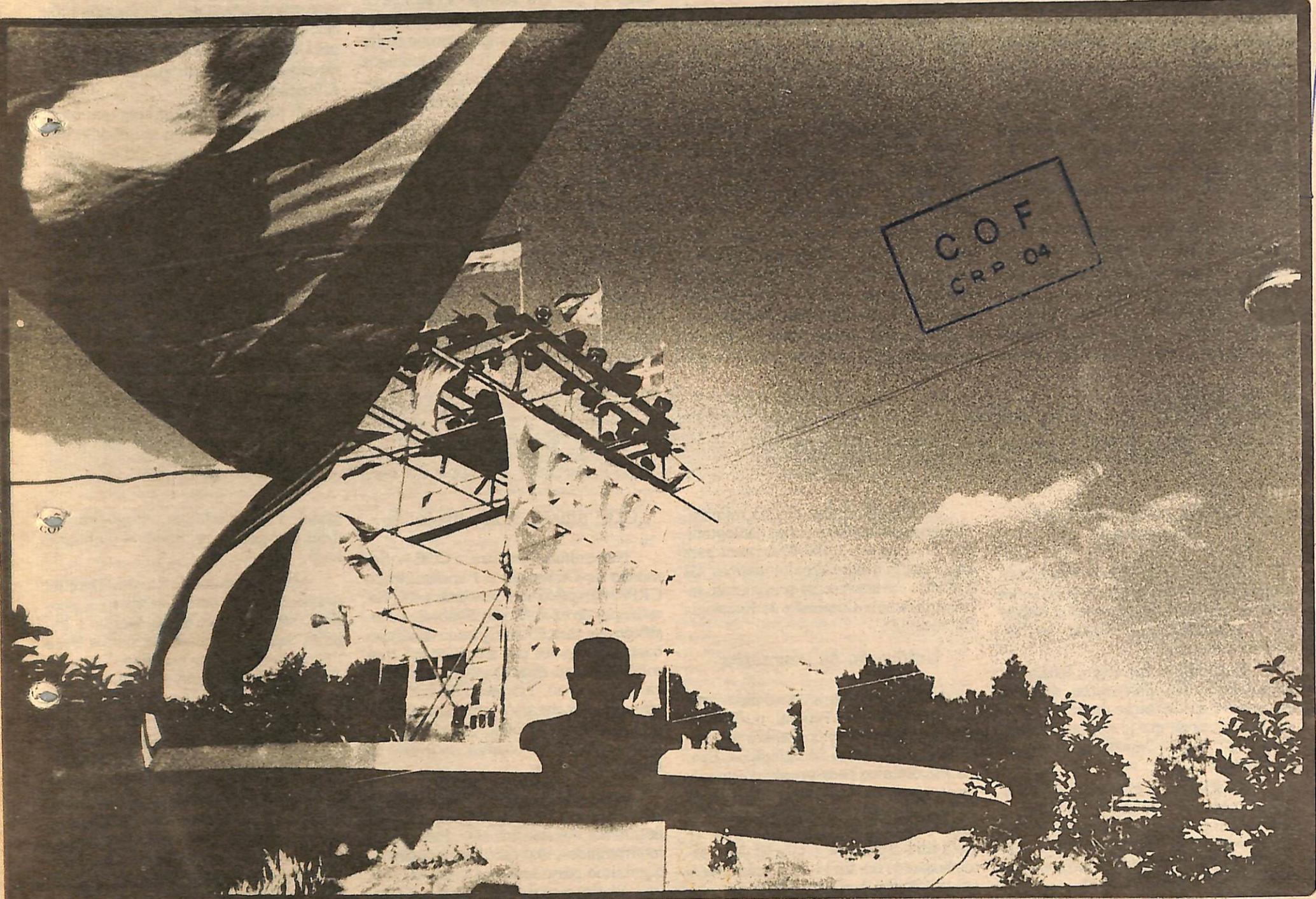


CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
4ª REGIÃO



NESTE
NÚMERO

- Editorial: Eleições no CRP-04 e CFP. Págs. 2 e 3
- Programas das chapas para o 6.º Plenário. Encartes
- É possível exercer a psicanálise em instituição? Pág. 5
- Em Minas, o maior macaco das Américas. Pág. 7
- Pesquisa: inerente à condição de psicólogo. Pág. 8



Eleições no CRP-04

Participação do profissional neste processo de mudança



EDITORIAL

1989: Democratização
dos Conselhos

Dois grandes eventos marcam o ano de 1989 para nós psicólogos: as eleições DIRETAS e SIMULTÂNEAS para os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia e a realização do Congresso Nacional Unificado de Psicólogos. Ambos têm o sentido de um salto histórico, um avanço em nossa organização, um marco importante num processo de democratização que vem crescendo desde 1980, quando, através de uma mobilização nacional, conseguimos impor novos rumos à prática política e institucional dos conselhos.

Falar em democratização é mais que uma retórica da moda, tão ouvida hoje em momentos de campanhas políticas. Significa ampliar a participação. A Psicologia no Brasil tem uma história, curta é verdade, de profissionais alienados, seja da realidade estrita

do campo profissional, seja da realidade política mais ampla. Temos exemplos de uns raros militantes. Algumas pessoas deram anos de trabalho para nossas instituições, a começar pela Sociedade Mineira de Psicologia, tão fundamental na luta nacional pela criação dos Conselhos. Hoje vemos este grupo de pessoas crescer, isto traz vida nova, idéias novas, amplia-se o leque de possibilidades de presença da Psicologia na sociedade, amplia-se a participação dos profissionais, dando a estas instituições uma maior representatividade.

O fortalecimento dos Conselhos, pela via de uma maior participação, não é, contudo, um fim. Este fortalecimento só tem sentido como possibilidade de fortalecimento da categoria e tal se consegue em duas vertentes, principalmente: a da organização po-

lítica e a do aprimoramento da formação profissional. Os Conselhos têm se empenhado, nos últimos anos, nestas duas direções, com todos os instrumentos de que lhes têm sido possível lançar mão.

Este papo pode estar lhe parecendo muito corporativista, não é? E sabemos que corporativismo não anda junto com democracia. Mas é preciso lembrar que um cidadão só se insere em uma sociedade pela sua ação concreta: nós somos e significamos o que nossa ação significa. E nós psicólogos nos inserimos pela nossa prática profissional, é ela que nos identifica, que nos dá um lugar. Daí que a qualidade desta prática, qualidade no sentido técnico e sócio-político, tem dois compromissos, que não podem ser eticamente conflitantes, um com a sociedade, outro com a profissão, já que é desta inserção que se constitui o sentido social da Psicologia.

Isto tudo prá falar de eleições, mas é uma digressão necessária para remarcar o sentido político deste avanço de nossa capacidade organizativa.

O fato mesmo de se ter para esta eleição a concorrência de duas chapas não deixa dúvidas sobre o quanto os Conselhos conseguiram mobilizar a categoria e o quanto sua consciência política avançou. Certamente a gã que move a cada um é diferente mas o fundamental é que consigamos nos achar, que instituíamos um espaço onde nossas dúvidas e nossos sonhos possam ser partilhados, construídos. São dois momentos importantes, voltamos a dizer: as eleições e o Congresso Nacional Unificado de Psicólogos, dois momentos onde a participação de todos é fundamental.

É importante relembrar que a nível nacional caminham as articulações referentes à elaboração das leis ordinárias. Caberá um papel preponderante aos Conselhos na articulação das lutas que se fizerem necessárias em torno dos projetos apresentados. No âmbito interno de nossa categoria temos uma pesquisa, relatada no livro "Quem é o Psicólogo brasileiro" que nos servirá de base para refletirmos nossa realidade e propormos os caminhos de transformação da mesma.



NOTAS

3º Encontro de Psicologia
Educativa

Já está em fase de preparação o 3º Encontro de Psicologia Educativa, que deverá ser realizado pelo Conselho Regional de Psicologia — 4ª Região, em novembro deste ano.

A Comissão de Psicologia Educativa pretende, nesta oportunidade, abrir um espaço para apresentação de trabalhos ligados a esta área, que já estejam implantados na 4ª Região (Minas Gerais e Espírito Santo).

Os profissionais interessados devem enviar síntese dos trabalhos até o dia 30 de setembro próximo, aos cuidados de Heloísa Amaral, no CRP-04 — Rua Tomé de Souza, 860/10º andar — Savassi, Belo Horizonte. Tel.: 225.5817.

As sínteses devem ter, no máximo, três laudas ou noventa linhas datilografadas. Seus autores terão 40 minutos para apresentação e discussão dos mesmos. Os trabalhos enviados serão previamente selecionados pela Comissão de Psicologia Educativa.

Unificação de honorários

Devido aos planos econômicos definidos pelo Governo Federal, o valor mínimo a ser cobrado pelos laudos psicológicos para o serviço de Seleção — Exame Psicotécnico para preenchimento de vagas — passou, a partir de julho, de duas OTNs (valor aprovado em reunião entre clínicas prestadoras de serviços psicológicos para captação e avaliação de recursos humanos em 12.11.87 e referendado pelo CRP-04) para 18,51 BTN's.

COF amplia suas atividades

Neste último semestre, a COF — Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-04 ampliou suas atividades. Na fiscalização do exercício profissional, intensificou sua atuação averiguando denúncias contra estudantes que atendiam em consultórios, o que caracterizou exercício ilegal da profissão. Tais atendimentos, muitas vezes, ocorriam sob orientação de profissionais de Psicologia, que além de infringirem o Código de Ética, cometiam infração disciplinar.

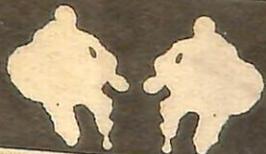
Diante deste quadro, a COF procurou os estudantes, orientando-os quanto à ilegalidade dos atendimentos. Estes foram interrompidos, mas caso haja insistência, o próximo passo será uma visita às escolas e clínicas responsáveis pela atuação dos

alunos, a fim de reforçar o impedimento deles ao exercício profissional de Psicologia.

Além do trabalho de fiscalização e da promoção de discussões relativas à profissão nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a Comissão lançou o livro "Quem é o psicólogo brasileiro" em diversas cidades, e ainda, divulgou o Encontro Estadual e o Congresso Nacional Unificado de Psicólogos.

O primeiro lançamento do livro editado pelo CFP e pelos Regionais aconteceu em Vitória, no dia 3 de junho. A partir daí, "Quem é o psicólogo brasileiro" foi apresentado aos profissionais de Uberaba, São João del-Rei, Belo Horizonte, Itajubá e também em Juiz de Fora. Após cada lançamento, foram realizados debates.





Eleições no CRP-04 e Federal

PSICÓLOGOS EDITAL

O Conselho Regional de Psicologia — 4ª Região (MG/ES), pela Comissão Eleitoral designada pela Portaria CRP-04 n.º 09/89, de 10 de abril de 1989, nos termos do Regimento Eleitoral aprovado através da Resolução CFP n.º 001/85, de 28 de abril de 1985, e da Instrução Normativa CFP n.º 001/89, de 31 de março de 1989, convoca uma Assembléia Geral, a realizar-se no dia 28 (vinte e oito) de agosto de 1989. Na oportunidade serão eleitos 09 (nove) Conselheiros Efetivos e 09 (nove) Conselheiros Suplentes, que constituirão o 6.º Plenário deste Conselho Regional, e também eleitos 02 (dois) Psicólogos a serem indicados para o futuro Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Votarão pessoalmente, de 0 às 19 horas, os psicólogos domiciliados nos municípios onde se localizem as mesas eleitorais abaixo relacionadas:

MESA 1 — CRP-04: Rua Tomé de Souza, 860, s/1001/4 — Funcionários — BELO HORIZONTE — MG.

MESA 2 — Sindicato dos Psicólogos: Av. Augusto de Lima, 1646/606 — BELO HORIZONTE — MG

MESA 3 — Rua Artur Machado, 15 s/1002 UBERABA — MG

MESA 4 — Rua Silviano Brandão, 96 — ALFENAS — MG

MESA 5 — Rua Alberto de Oliveira Santos, 42/1511 — Ed. AMES — VITÓRIA — ES.

Os eleitores domiciliados fora dos municípios acima citados votarão obrigatória e exclusivamente por correspondência. O voto por correspondência deverá ser postado até o dia 18 de agosto de 1989. Inscreveram-se para a Eleição duas chapas integradas pelos seguintes Psicólogos:

CHAPA 01 — Conselheiros Efetivos: Álvaro Emílio Guimarães, Bianca Guimarães Carneiro, Gisele Onete Marani Bahia, Jacques

Akerman, Lúcia Helena Macedo, Maria de Fátima Pio Casemiro, Marília Pires Fernandes, Vânia Carneiro França, Wellington Antônio D. Tibúrcio.

Conselheiros Suplentes: Francisco José Ribeiro Alves, Kátia França Ribeiro de Almeida, Luiz Cláudio Ferreira Alves, Marta Elizabeth de Souza, Juraci Costa Amaral, Rita de Cássia Siqueira Dias, Rosana Simone Bottaro, Rosângela Montadon S. de Oliveira e Vera Lúcia Dias.

Conselheiros Federais: José Estanislau Vilela e William César Castilho Pereira.

CHAPA 02 — Conselheiros Efetivos: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Mariana de Campos Mendonça, Frederico Zeymer Feu de Carvalho, Clermem Gosling Fantoni, Silvestre de Melo Lima, Maria Auxiliadora Costa R. Belo, Rita de Cássia Silva Araújo, Elione Mattos Martins e Leandro Vaz da Silva.

Conselheiros Suplentes: Eliana Monteiro de Moura Vergara, Ione Patrícia de Oliveira, Milton de Oliveira, Maria de Lourdes Caçado Pereira, Cátia Bonini, Carlos Magno Bastos, Benta Maria de Oliveira, Amâncio Borges de Medeiros Filho e José Ronaldo de Oliveira.

Conselheiros Federais: Roberto Ernesto Schmidlin e Gérson Alves Vieira.

As instruções eleitorais — acompanhadas do material para o voto por correspondência, quando for o caso, serão enviadas a todos os psicólogos com inscrição principal neste Conselho. O voto é secreto e pessoal (não será permitido o voto por procuração), intransferível e obrigatório, salvo ausência justificada, por escrito, dentro de 90 dias, contados da realização do pleito. Incorre ao eleitor que não votar, em multa nos termos da Lei n.º 5.776, de 20/12/71.

Belo Horizonte, 18 de julho de 1989.

Wilson Soares Leite (CRP-04/0520)

Comissão Eleitoral

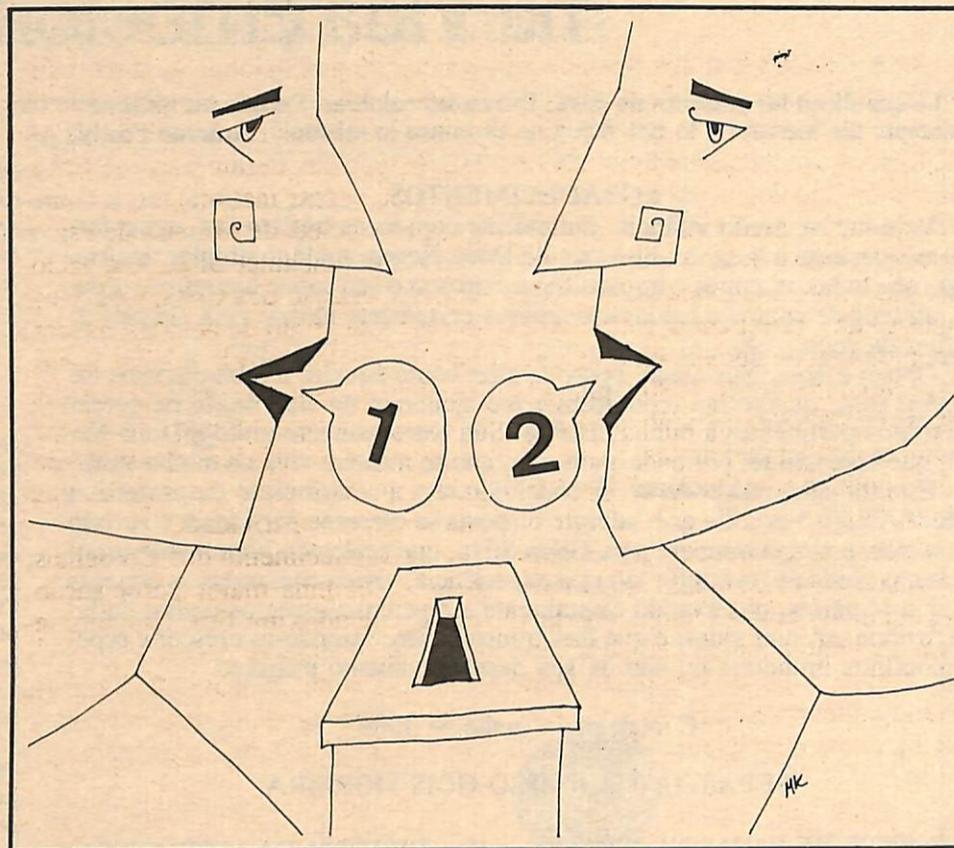
Presidente

Voto por correspondência

A cédula deverá ser dobrada e colocada dentro do envelope autenticado pela Comissão Eleitoral. Este envelope será colado e colocado dentro de outro envelope que será fechado e remetido ao CRP-04 sob registro postal até o dia 18 de agosto de 1989.

Não será computado o voto que for entregue pelo correio após as 19:00 horas do dia 18 de agosto de 1989.

Os votos por correspondência poderão ser remetidos ao CRP-04 desde já, mas apenas serão colocados nas urnas pelos mesários no dia da eleição.



Cancelamento de inscrições

Por quase três anos, o 5.º Plenário desenvolveu inúmeras atividades, viabilizadas através de recursos provenientes do pagamento das anuidades por parte dos psicólogos inscritos neste Regional. Considerando que toda a categoria se beneficia com a atuação e ainda, com os projetos desenvolvidos pelo CRP-04, é justo exigir de todo psicólogo inscrito, o pagamento da anuidade.

Entretanto, alguns profissionais ignoraram os comunicados e também as notificações, os quais cobravam o pagamento dos débitos. Tal inadimplência obrigou a entidade — por justiça aos que cumprem suas obrigações junto ao Conselho — a cancelar a inscrição dos mesmos, o que significa que estão impedidos de exercerem a profissão de psicólogo.

E cumprindo o que foi prometido no último número do Jornal do Psicólogo, através do editorial "Das Igualdades e das diferenças", publicamos a seguir o nome dos profissionais, cujas inscrições foram canceladas.

Abrão Chacham (4275); Adriana Antunes dos Santos (3758); Ainete Regina Brilhante (2018); Alcina Campos Taitson (0464); Alzira Jerônimo Melo Almeida (1881); Ana Maria Carvalho Coelho (0508); Ângela Amidani Rimoli (3616); Ângela Bahia dos Santos (0281); Ângela de Cássia Amâncio (3919); Ângela de Fátima Soares Pinho (2008); Ângela Maria de Moraes (1655); Ângela Maria de Oliveira (1198); Andréa Godoy Carvalho (1766); Antonina Maluf Loureiro (1567); Antônio de Pádua Nunes Thomazi (1262); Aracely Lúcia Romano (1915); Ariane de Lima Paiva (4814); Aristides José Vieira (4910); Augusta Zaidan (1639); Áurea Leila C. Ferraz Fonseca (4231); Cristina Aparecida D. Finzer (3750); Cássia Maria dos Santos (4490); Denise Alves Pedreira Ribeiro (5309); Dilma Maria Paixão Carvalho (3073); Ederlina Pimenta de Azevedo (1855); Edna Villela Carvalho (1459); Eliane Araújo Braga (2115); Ellen Lopes L. Lima (2064); Eneida de Souza Lopes (2434); Eny Rodrigues V. Campos (0822); Eunice de Godoy Mendes (2625); Flávio Baptista de Araújo (2973); Filomena de Fucio Aguilár (1939); Guaracira de Fátima Mendes

(2746); Jercina S. Novais (3523); Heloísa Helena Pereira (4733); Ilda Cosme Dias (3265); Jane Luci Martins Nogueira (3967); José Alvim F. Cândido (1522); José Benevuto de C. Filho (5174); José da Silva Nava (0096); José Geraldo de Oliveira (3966); Juliana A. Pereira C. Ferreira (3422); Jussara Dória Pereira (2340); Jussara Maria de F. Siqueira (2847); Kátia Regina Ribeiro (4948); Lázaro César Rodrigues (0865); Leon Pamplona de Oliveira (1125); Leoni Lamartini (0987); Liliãna Tavares Borges (3599); Lúcia Caixeta (3171); Lúcia Helena R. M. Castro (4941); Luciene Diniz (4018); Luiz Gonzaga Chali Kallack (3653); Maria Angélica Brandão (1954); Magali Aparecida J. P. Abdallah (3593); Maria Augusta Zaizan (1639); Maria Beatriz P. Oliveira (1687); Maria Beatriz Viterlo (2835); Maria Bernadete L.B.C. Carneiro (4726); Maria Celle V. Antunes (2502); Mônica Chaves Ávila (3899); Maria Cláudia S.M. Vieira (3132); Maria Conceição R.O. Neves (2031); Mirtes Conrado Dias de Oliveira (3654); Maria Cristina Iezzi de Moraes (3159); Maria Cristina T. Marcos (5209); Maria de Fátima Lima e Silva (1134); Maria Elena de Rezende (2915); Maria Elvira T. Navarro (3655); Maria do Carmo M.S. Barbosa (4491); Maria da Conceição V. Gonçalves (4101); Maria Madalena Contato (1192); Marisa Helena R.M. Mendes (3147); Mariza Terezinha S. Naufel (3316); Marta Mazina (2733); Mirtes Regina B. de Sena (3411); Mônica Leonal C. Sol (5129); Nair Bonifácio da Silva (4247); Nelson Escolástico da Paixão (0514); Norma Maria M. Coelho (1343); Paulo César Diniz Araújo (3434); Paulo Sérgio Massa Corrêa (5078); Regina Coeli N. Rosa (3660); Rosana Falci M. Araújo (4239); Rosângela F. Mosselli C. Carvalho (2615); Rossana Debs (3710); Sebastião Carlos Generoso (3343); Sheila Maria G. Goulart (2801); Silvimar Chaves da Silveira (0972); Sônia de Fátima R. Coutinho (4606); Suzana Braga Rodrigues (0460); Tamara Wilson F. Tavares (3993); Valéria Maria Stecca (4721); Vânia Jacob Ferreira (3155); Vera Heloísa Franco Trindade (2849); Walderez Simões A. Primorac (3928); Walter Sebastião Raimundo (2632); Zanilda Terezinha G. Silva (4716).

BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS
LIVROS INFANTIS

MENINICE

Rua Pernambuco, 1000 - Loja 19 - Savassi - 226-6402



O Significado dos contos de fadas na vida emocional das crianças

“Lo que dicen las palabras no dura. Duran las palabras. Porque las palabras son siempre las mismas y lo que dicen no es nunca lo mismo” Antônio Poschia

(*)Sebastião Rogério Gois Moreira

AGRADECIMENTOS

Vejo-me na minha infância, juntamente com meus três irmãos, aguardando ansiosamente a hora das histórias de Dona Nenen, mulher simples, interiorana, que todas as noites compartilhava conosco o seu saber matreiro e sedutor, através de contos e lendas aprendidos certamente na sua vida simples de mulher da roça.

Ontem e hoje mais ainda, posso avaliar como aquelas lendas e contos me fizeram bem, quanto me repuseram e me ajudaram na elaboração de perdas e conflitos pertinentes à minha história. Sou extremamente grato a Dona Nenen, que hoje não sei por onde anda, mas que se mantém viva na minha alma.

Este trabalho não poderia ser concluído sem a contribuição da professora Dinorá Araújo Verdolin que, sempre disposta se ofereceu para fazer a revisão dos textos, à amiga e supervisora Gilda Silva, que acalentou juntamente comigo esta vontade de transmitir tão rica experiência, vivida com todas as crianças de 1ª a 4ª séries, observando atentamente a repercussão que os contos de fadas tiveram em suas vidas, o que lhes transmitiram, fazendo-as crescer e superar conflitos iminentes ou não de seu desenvolvimento psíquico.

Contagem — junho — 1989

SEBASTIÃO ROGÉRIO GOIS MOREIRA

OS CONTOS DE FADAS NA VIDA INCONSCIENTE DA CRIANÇA

Os desejos de nossas crianças se mantêm, em grande parte, localizados em instâncias da sua vida psíquica não identificados por nós adultos. Eles são expressos nas mais variadas formas, extrapolando nossa capacidade de compreensão da linguagem emitida por nossas crianças.

Os contos de fadas representam elementos importantes na realização desses desejos, pois através deles, a criança entra em contato com elementos bastante arcaicos de seu inconsciente, criando situações favoráveis ao seu desenvolvimento emocional, e a resolução de conflitos registrados na sua psique.

Notamos que na impossibilidade de a criança revidar ou realizar desejos inconscientes nela existentes, a opção é criar extratos substitutivos para essas lacunas. Podemos exemplificar inúmeras vezes momentos em que nos defrontamos com crianças que, através dos jogos lúdicos, repetem sua experiência de vida na tentativa de elaborarem cenas de seu cotidiano, projetando idealizações não possíveis de serem realizadas nos seus contatos com a realidade concreta, mas sim, de sua verdade psíquica.

Observamos, com os jogos de super-heróis vencendo batalhas impossíveis, mães idealizadas no jogo criança-boneca, fantasias de viagens a países longínquos sem saírem do quarto, ou mesmo numa outra ordem da mesma medalha, vivências de auto-estima rebaixada, devido a excessivas cargas de agressividade recebida pelo mundo circundante, (externo e interno) expressam através dos jogos, condições de vítimas, necessárias a separações perante suas vivências dolorosas.

II — HISTÓRIA DA LITERATURA INFANTIL

Segundo Cunha (1985) — “A literatura infantil começa a delinear-se no início do século XVIII, quando a criança passa a ser considerada um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pelo que deveria distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que a preparasse para a vida adulta.

Antes desse século, já se percebia a divisão de classes dentro do que as crianças de diferentes camadas sociais liam. Os filhos de nobres liam orientados pelos preceptores, liam geralmente os clássicos. As classes desprivilegiadas liam e ouviam as histórias de cavalarias, de aventuras, etc. As lendas e contos folclóricos formavam uma literatura de cordel, de grande interesse das classes populares. Sendo assim, não existiam até então, leituras específicas desse momento no desenvolvimento humano.

Na constituição do modelo familiar burguês, surgiu, então, uma consideração especial para com a infância. Antes, essa faixa etária não era percebida como um tempo diferente, nem o mundo da criança como um espaço separado.

No caminho percorrido à procura de uma literatura adequada para a infância e juventude, observam-se duas tendências próximas daquelas que já informaram a leitura dos pequenos: dos clássicos fizeram-se adaptações; do folclore, houve a apropriação dos contos de fadas, até então voltados especificamente para a criança.

Perrault e depois os irmãos Grimm cole-

cionadores destas histórias folclóricas estão assim ligado à gênese da literatura infantil. Tiveram seus contos republicados e adaptados uma infinidade de vezes a tal ponto que, hoje, tais relatos se apresentam demasiadamente modificados.” p. 19-20

III — NOS CONTOS DE FADAS

A criança recupera, através das histórias, elementos necessários para um bom desenvolvimento emocional ou, por outro lado, subsidiado através destes contos, identificações com personagens que ajudam na cicatrização de feridas abertas durante seu percurso de vida. Exemplo disso, vemos nos contos de fadas. Cada personagem poderá ser identificado com pessoas de seu convívio, sendo freqüente estas serem figuras variadas, podendo ser, o pai, a mãe, os irmãos ou outro elemento qualquer de seu convívio, figuras reais ou idealizadas.

Como diz Bruno Bettelheim, “nos sonhos, com maior freqüência desfazem-se os desejos, enquanto nos contos de fadas eles são expressos abertamente”.

Tomaremos, neste primeiro momento, o conto de fadas de Chapeuzinho Vermelho, tentando fazer uma análise do seu significado no inconsciente da criança.

CHAPEUZINHO VERMELHO

Chapeuzinho Vermelho é, na realidade, uma criança que já luta com problemas relacionados com as transformações vividas na puberdade, para os quais ainda não está preparada emocionalmente, pois ainda não dominou os problemas edípicos. Chapeuzinho Vermelho observa que algo está errado quando ela encontra a avó “parecendo muito estranha” mas se confunde com o disfarce do lobo nas roupas da avó. Ela está tentando entender o disfarce quando pergunta a avó sobre suas orelhas tão grandes, etc.

Aqui temos uma enumeração dos sentidos: audição, visão, tato, paladar e olfato. Na verdade são meios que a criança utiliza para a compreensão do mundo que a cerca, podendo muitas vezes, inibir-se devido à necessidade de não querer ver esse mundo, por percebê-lo tão feroz e voraz quanto o lobo da história. Sendo assim, a criança que possa estar passando por esse tipo de experiência, poderá organizar, através deste conto de fadas, sua história interna, colocando o lobo, personagem em questão, de maneira mais adequada a sua necessidade psíquica.

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

A história de Branca de Neve, se inicia quando uma boa rainha de um país distante, numa tarde de inverno, sentada, tecendo, olhava para aquela branca neve, que caía do céu como plumas, através da janela de ébano ne-

gro. Espetou o dedo na agulha e o sangue ao se misturar com a neve tornou-se rosado.

Com poucas palavras, naquele instante, disse: — “Quisera eu ter uma filha branca como a neve, rosada como o sangue e de cabelos negros como o ébano e que, por isso, passasse a se chamar Branca de Neve. Quando a criança nasceu a rainha morreu. Passando-se um ano, o rei casou-se novamente...”

A partir do relato inicial, já podemos pensar em questões básicas na compreensão deste conto.

A incorporação dos desejos desta mãe através da personagem Branca de Neve, a mantém viva. Branca de Neve, a eterna rival de sua madrasta, em relação aos afetos desta com o rei, torna-se ameaça freqüente à nova mulher. O narcisismo arraigado da madrasta é ameaçado quando tem a configuração de que Branca de Neve (a filha) poderá superá-la pela beleza, relegando-a a uma posição secundária. O veneno usado contra a enteada é devolvido fatalmente, sendo vencida pela maldade.

Este exemplo vem representar, na vida inconsciente da criança, elementos simbólicos a respeito da mãe boa-fada e mãe má-bruxa, vivências estas, de cunho primitivo e também arrojados de vivências edípicas, que poderão ser restabelecidas ao ser gratificada no final do conto, quando aparece o príncipe, livrando-a do sono profundo. Neste momento, podemos descrever esse sono como sendo o período de latência quando após o Édipo, a criança entra numa tranquilização dos impulsos sexuais sublimados, que renascem estes na puberdade.

IV — CONCLUSÃO

Poderíamos através de inúmeras histórias de fadas, ilustrar aspectos eminentes do desenvolvimento emocional e sexual da criança, fazendo análises desses significados.

Mas o importante neste momento, é fazermos uma reflexão de como os contos de fadas vêm funcionar como mediadores e atenuantes de pulsões agressivas presentes na criança. No momento em que se deparam com os personagens das histórias, poderão representar tais sentimentos, transitando por seus conflitos, satisfatoriamente, tendo coragem e estratégias positivas para se livrarem deles.

BIBLIOGRAFIAS

1. BETTELHEIN, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980
2. CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura Infantil — Teoria e Prática, Editora Ática S/A. 1985

(*) Psicólogo da Funec — Fundação de Ensino de Contagem. 1989

Mudanças no Centro Psicoterapêutico ampliam as discussões sobre a ética

No final de maio, uma decisão provocou mudanças no Centro Psicoterapêutico. Não exatamente as mudanças desejadas por trinta e dois profissionais — entre os quais, cinco psicólogos e quatro estagiários de Psicologia — que naquele dia pediram demissão da instituição.

A demissão coletiva significou para os profissionais, o rompimento com a forma de trabalho que estava sendo desenvolvida no Centro Psicoterapêutico, a qual se confrontava com a imagem da instituição e com a proposta de trabalho daqueles que acreditam na interlocução da clínica com a teoria psicanalítica.

Há mais de dez anos, o Centro Psicoterapêutico foi reconhecido como uma alternativa de atendimento, se distinguindo das demais instituições privadas por privilegiar o trabalho psicanalítico. Mas os profissionais que assinaram o pedido de demissão alegam que a partir de sucessivas mudanças na Diretoria do CPT, instalou-se uma nova orientação teórica e administrativa, contrariando princípios éticos e clínicos daqueles que trabalhavam na instituição.

O desrespeito aos princípios éticos e clínicos não são facilmente identificados, a não ser para aqueles que estão diretamente envolvidos na teia institucional. Mas algumas práticas ilustram tal procedimento. Como por exemplo, submeter o profissional a uma remuneração que não condiz com sua atuação, e além disso, desconhecer a existência de contrato de trabalho. “Os contratos estavam com pendência há mais de um ano”, critica o psicólogo Amâncio Borges Medeiros, que se demitiu junto com os outros profissionais.

Mas a demissão extrapola as questões trabalhistas do Centro Terapêutico, mesmo que estas também firam a ética profissional. A falta de ética é apontada pelos profissionais, principalmente a partir da orientação de atendimento foi modificada, de acordo com o CPT, que estaria privilegiando a instituição em detrimento do paciente.

Apesar de serem mantidas as estruturas de trabalho para os profissionais, tais como terapia de família, individual, ocupacional, arte-terapia e socioterapia, a orientação do atendimento foi modificada, de acordo com Amâncio. Segundo ele, princípios básicos da psicanálise, tal como a Transferência, não estavam sendo considerados.

Amâncio explica que os terapeutas estavam impedidos de atenderem seus pacientes do CPT também nos próprios consultórios, mesmo que demonstrassem este desejo. O profissional que infringisse tal determinação, estaria impedido de continuar trabalhando no Centro Psicoterapêutico. Ao paciente, restaria optar pelo atendimento no consultório do terapeuta demitido, ou continuar no CPT com outro profissional. “Não há consideração da Transferência. Trocam-

se profissionais sem considerar a relação sujeito-analista”, critica.

Tentando tornar mais palpável o desrespeito à prática psicanalítica, Amâncio explica que teoricamente não é definido um prazo para atendimento no Centro Psicoterapêutico. Segundo ele, esta proposta — que diferenciava a instituição das demais — apenas encobre uma restrição ainda maior do que a do prazo cronológico. Se os pacientes não eram liberados quando expirava o prazo de internação, isto era feito assim que desapareciam os sintomas, ou quando os resultados eram satisfatórios para os familiares ou para a própria instituição.

Se a restrição ao atendimento em consultório desrespeita a Transferência, o prazo informal, estabelecido conforme os resultados apresentados pelos pacientes, fere outro preceito básico da psicanálise: “Ao invés de promover o desejo, a orientação era eliminar o gozo”. O que, para Amâncio, significa que o CPT está promovendo a “objetualização” do paciente, ou seja, “passou a ser objeto do saber médico, sendo colocado numa situação passiva”. Esta orientação é confirmada pela psicóloga Heloiza Lima Roedel, que também se demitiu do Centro Psicoterapêutico: “Tínhamos que desconsiderar a posição do analista em função de uma cura, de resultados comportamentais”.

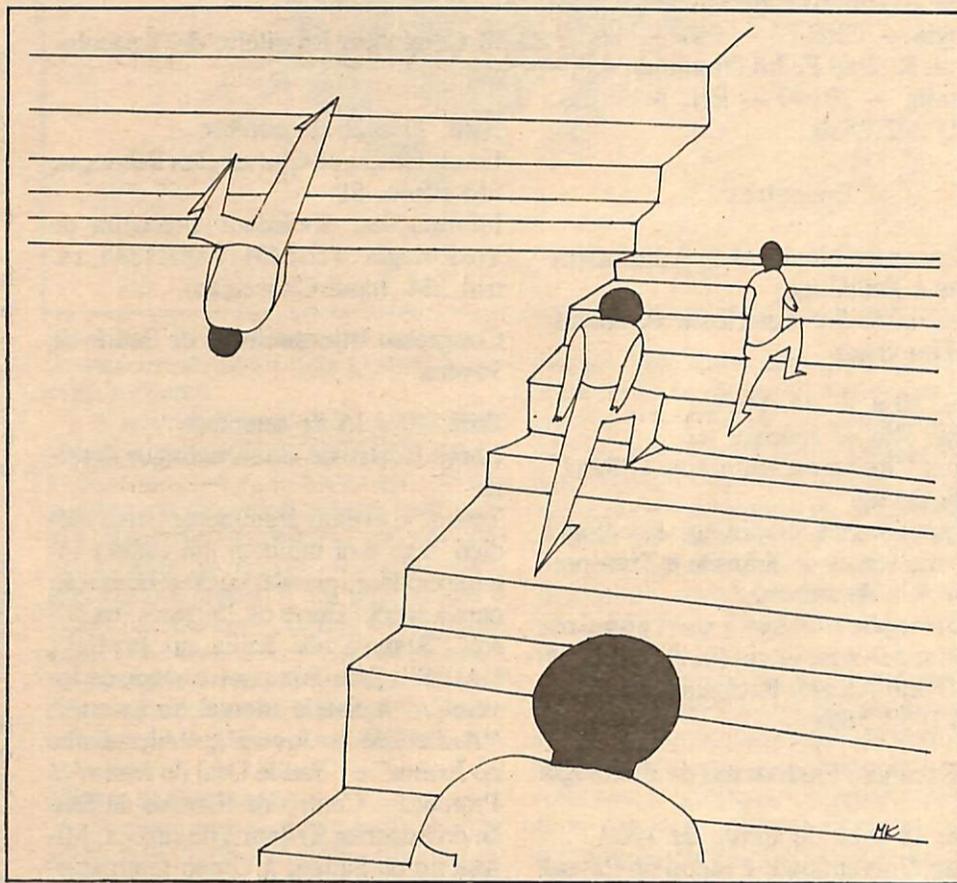
Considerando que a permanência no Centro Psicoterapêutico significava uma cumplicidade com orientação da qual discordavam, os profissionais romperam com a instituição, uma vez que não mais acreditavam poderem quebrar as barreiras impostas pela direção do CPT.

Quando o pedido de demissão foi apresentado, no final de maio a coordenação clínica e a de internação estavam a cargo de Vanda Cristina Pereira (que havia se demitido dois dias antes); a coordenação do hospital-dia, a cargo da psiquiatra Tatiana Mourão; além da direção administrativa, que pertencia ao proprietário do CPT, Oto Mourão.

A partir das demissões, Tatiana Mourão passou a se responsabilizar pela coordenação clínica, acumulando também a coordenação do hospital-dia e da internação. A direção administrativa continuou a cargo de Oto Mourão.

Apesar destas mudanças, Tatiana garante que a proposta do CPT em privilegiar a prática psicanalítica continua a mesma. “Seria uma incoerência ignorar a psicanálise, uma vez que faço parte do Círculo Psicanalítico, e tenho muito cuidado com a prática profissional.”

E para exemplificar sua preocupação, Tatiana fala dos cuidados que o CPT teve que tomar no momento de substituição dos terapeutas que se demitiram. “Por conside-



rar a importância da Transferência no processo psicanalítico, fizemos a mudança da equipe de forma gradativa, pois os pacientes estavam apresentando dificuldades de adaptação.”

Além dos profissionais, outra coisa que mudou foi a remuneração deles no CPT. A partir de agora, são eles quem estabelecem o valor mínimo a ser cobrado por cada atendimento. Tal mudança só aconteceu, após a saída dos profissionais que a reivindicavam. Tatiana diz que a modificação foi feita nesse momento, pois só agora passou a ser responsabilidade dela.

Mas quanto a não contratação dos profissionais, ela explica que faz parte de um modelo mais liberal, que inclusive foi opção dos próprios terapeutas. O objetivo seria causar menos entraves no exercício da psicoterapia, ou seja, o profissional faria parte de um corpo clínico, ao invés de atuar como um funcionário. “Sem o contrato, fica garantida a liberdade do terapeuta junto ao paciente”, ressalta.

O que ainda deve ser modificado por Tatiana no CPT, é a restrição imposta aos profissionais que pretendem ampliar o atendimento em seus consultórios quando o paciente solicita. “Ainda não foi feito isso, porque é um processo a longo prazo. Mas só desta forma fica garantida a Transferência do paciente ao terapeuta, na qual eu acredito.”

O respeito ao paciente é o mesmo ar-

gumento utilizado por Tatiana para justificar a liberação deles no Centro Psicoterapêutico. Segundo ela, isto só acontece a partir da percepção da equipe e também do paciente. O que seria feito a partir de um consenso.

E a proposta do trabalho psicanalítico no CPT está evidente, sob a ótica de Tatiana. E é pelo reconhecimento a esta prática que ela atribui o retorno de profissionais que trabalharam no Centro Psicoterapêutico anteriormente, em substituição à equipe que se demitiu. “Eles reconhecem e acreditam na proposta.”

UMA QUESTÃO ÉTICA

Sob os fantasmas da instituição, surge a questão da ética profissional, presa a sutilezas dificilmente decifráveis à primeira vista pelos que não participam diretamente do processo.

Independente da instituição, o exercício da psicanálise deve ser questionado, a partir das relações estabelecidas entre terapeuta e paciente. Entretanto, seguindo o preceito da psicanálise de valorizar, Transferência, cada uma destas relações é única, o que, portanto, dificulta qualquer avaliação ética das mesmas a não ser para os que estão diretamente envolvidos. Mas apesar disso, ou também inclusive por isso, ainda se-ja pertinente outra questão: “É possível exercer a psicanálise numa instituição?”.



Cursos

“Como Planejar e Executar Recrutamento e Seleção Psicológica” Carmem Lúcia Martins — CRP-04-0849
CESP — Centro Especializado em Psicologia — CRP-PJ — 040
Local: R. José Pedro Drumond, 134 — Floresta — 30140 — BH, MG. Tel.: (031) 222.8586.

Encontros

VI Encontro Nacional de Administradores e Psicólogos

II Encontro Sul Americano de Recursos Humanos

Data: 10 a 12 de outubro
Local: Rio de Janeiro, RJ
Tema: “Recursos Humanos: O Resgate da Dívida”

Promoção: Associação dos Psicólogos e Profissionais de Trânsito e Transporte do Rio de Janeiro

Informações: Rio de Janeiro: Perssonnel-Assessoria (021) 239.1240
Porto Alegre: Racional-Consultoria (0512) 32.3668

III Encontro Paranaense de Psicologia

Data: 23 a 26 de agosto de 1989
Local: Universidade Federal do Paraná — Curitiba

Atividades: mesas redondas, cursos, palestras, encontros de profissionais, temas livres, entre outras

Promoção: Conselho Regional de Psicologia-CRP-08 — Rua Presidente Taunay, 1360 — Bigorriho. Tel.: (041) 233.3783 — 80410, Curitiba — Paraná.

IV Encontro sobre Testes Psicológicos

Data: 14, 15 e 16 de setembro
Local: Auditório do SESC, na av. Alberto Bins, n.º 665, em Porto Alegre.
Promoção: Conselho Regional de Psicologia — 7.ª Região — Av. Osvaldo Aranha, 1423 — sala 204 — Fones: 35.1838 e 30.3458 — 90210 — Porto Alegre, RS.

V Encontro Mineiro de Psicologia Social

Data: 20 a 22 de outubro
Local: Estância Hidromineral de Cambuquira, MG

Promoção: Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) — Regional Minas e Associação Sul Mineira de Psicologia (ASMIP).

Informações e inscrições: Caixa Postal 097. Fone: (035) 251.1179 (Luiz

Cláudio) ou (035) 251.1258 (Amarilis — das 12:00 às 18:00 horas). 37420 — Cambuquira, MG.

Congressos

VI Congresso Brasileiro de Toxicologia

Data: 21 a 26 de outubro
Local: Centro de Convenções Rebouças, São Paulo, SP
Informações: Sociedade Brasileira de Toxicologia. Tel.: (011) 881.1344, ramal 224. (com Conceição).

Congresso Internacional de Saúde de Jovens

Data: 10 a 15 de setembro
Local: Centro de Convenções de Brasília

Temas: o evento é eminentemente médico, mas terá também um caráter interdisciplinar, privilegiando a Educação para a saúde. Entre os 25 temas, incluem-se: “Sexualidade Sã no Jovem”; “AIDS”; “Os Tóxicos e a Saúde do Jovem”; “A Saúde Mental do Jovem”; “Ansiedade no Jovem”; “Alcoolismo no Jovem” e “Saúde Oral do Jovem”.

Promoção: Centro de Estudos de Saúde do Superior Tribunal de Justiça; Ministério da Saúde; a União Internacional de Medicina Universitária (Paris) e o CEUB.

Informações: CEUB, no horário de 08:00 às 12:00 horas e de 19:00 às 22:00 horas, pelo telefone 272.100/ramal 40, com Magda.

Convenções

2ª Convenção dos Psicólogos Portugueses

Data: 23 a 26 de novembro
Local: Lisboa

Conferência Internacional: “A Psicologia e os Psicólogos Hoje”

Objetivos: O que foi a prática dos psicólogos no passado, o que a caracteriza no presente, o que a irá caracterizar no virar do século? Como se inseriu, se inseriu e se irá inserir nesse processo a prática psicológica em Portugal?

Temas: Papel e Estatuto dos Psicólogos; Formação e Carreira; Certificação e Controle Profissional.

Domínios: Clínica, Trabalho, Educação, Justiça, Desporto, Saúde, Comunidade. Estrutura: Conferências, Simpósios, Debates, Pos-ter.

Informações: APPORT, (Dr. Leandro S. Almeida), Apartado 4353, 4006 Porto Codex, Portugal.

Fóruns

VIII Fórum Internacional de Psicanálise.

“Psicanálise um século depois”

Data: 10 a 14 de outubro

Local: Hotel Copacabana Palace, Rio de Janeiro (RJ)

Entidade promotora: Federação Internacional de Sociedade Psicanalítica (IFPS)

Entidade anfitriã: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

Temas: “O inconsciente e a singularidade do ato psicanalítico”; “Interpretação psicanalítica, conceito e ato clínico”; “A eleição amorosa, amor de transferência e a questão da cura”; “A questão do narcisismo: perda, depressão e psicose”; “Da teoria à clínica: uma psicanálise ou muitas?”; e “Psicanálise: cena psíquica, cena social”.

Participantes: Entre os participantes destacam-se: Horus Vital Brazil, Renato Mezan, Luiz Alfredo Garcia Roza, Johanes Hubertus Dousi, Joel Birman, Andre Green e Jurandir Freire Costa. Também participarão do evento personalidades internacionais, entre as quais, Piera Aulagnier, Conrad Stein, Joyce McDougall e René Major.

Taxa de inscrição: até 31 de agosto — 18 OTNs

até 08 de outubro — 20 OTNs no local — 25 OTNs para estudantes — taxa única de 10 OTNs

Inscrições e informações: Adam Congressos e Eventos Ltda. Av. Almirante Barroso, 63 — grupos 1413/1414 — 20031 — Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (021)220.1856. Telex: (21)32395 ADRR BR.

Jornadas

III Jornada de Psicoterapia Analítica de Grupo

Data: 25 a 26 de agosto

Local: Barbacena, MG

Tema: Psicoterapia da Família: Infância, Adolescência, Escolha do Parceiro.

Informações: Grupo de Psicoterapia Analítica de Juiz de Fora/Barbacena

Tel: (032)211.8339

Simpósios

Simpósio Latino-Americano de Psicologia do Desenvolvimento

Data: 06 a 10 de novembro

Local: Recife, PE

Temas: Subnutrição e desenvolvimento cognitivo: Desenvolvimento e fra-

casso escolar nas camadas populares; Desenvolvimento social, infância e adolescência na América Latina.

Inscrições: até 30 de agosto — 12 OTNs para profissionais
08 OTNs para estudantes
após esta data: — 15 OTNs para profissionais

10 OTNs para estudantes

Informações: Mestrado em Psicologia da UFPE — Secretaria do SLAPD — ISSBD — 8.º andar — CFCH — Cidade Universitária — 50739 — Recife, PE — Fone: (081) 271.0599.

Simpósio 50 anos de PMK

Data: 16 a 18 de outubro de 1989

Local: Centro de Convenções Rebouças — SP

Promoção: Vektor — Editora Psicopedagógica Ltda

Objetivo: Comemorar os 50 anos do PMK e apresentar novos trabalhos.

Trabalhos: Devem ser entregues até 10 de agosto à Vektor Editora — Av. Paulista, 2518 — cj. 2 — CEP 01310 — SP.

Organização: Valetur — Av. Paulista, 1776 — 12.º andar — CEP 01310, São Paulo, SP. Tel. (011) 283.5366 — Telex (11) 33299.

2.º Simpósio de Benefícios e Serviço Social

Data: 14 a 17 de agosto

Local: Auditório da Federação do Comércio do Estado de São Paulo — Av. Paulista, 119 — térreo, São Paulo, SP.

Proposta: Oferecer espaço para discussão de temas atuais e relevantes, buscando o desenvolvimento de competências profissionais, sejam elas técnicas, interpessoais ou organizacionais.

Realização: Senac Prodemp
Informações e inscrições: R. São Vicente, 237/245 — Bela Vista, São Paulo. Tel.: (011) 255.0066 e 256.5522, ramais 376 e 349.

Livros

Freud e o Problema do Poder, de León Rozitchner, Editora Escuta, 1989, 189 páginas.

Este livro é o resultado de seis conferências proferidas na Universidade do México. O tema central é o poder, que é pensado numa necessária articulação entre psicanálise e marxismo.

O trabalho realizado por León Rozitchner não se propõe a integrar a psicanálise ao marxismo, o que acarretaria numa descaracterização dos dois saberes.

León Rozitchner é o filósofo com prática clínica e autor de “Freud Y los límites del individualismo burgués” (Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 3.ª ed., 1988).

Da luta solitária ao trabalho científico, sobrevive o sonho de preservação

Não é todo mundo que, depois de viajar cerca de cinco horas, chega a um dos últimos redutos de mata atlântica do país, e de quebra, encontra o Muriqui, o maior macaco das Américas, ameaçado de extinção. Mas algumas pessoas têm esta sorte, pelo menos pela proximidade. E é este o caso dos horizontinos, e de diversos habitantes de Minas.

A 356 Km da capital mineira, funciona a Estação Ecológica de Caratinga. Desconhecida por grande parte dos brasileiros e também pelos moradores da região, tem atraído cientistas e estudiosos de diversas partes do mundo.

A princípio, a área onde se localiza o centro de pesquisas (na fazenda Montes Claros, próximo à Caratinga, nordeste de Minas), era para ser apenas uma área de preservação da mata atlântica. Pelo menos era este o objetivo de "seu" Feliciano Miguel Abdala que destinou quarenta e cinco de seus oitenta anos à luta em favor do meio ambiente.

E como prova de que ecologia é coisa séria, destinou 890, do total de 1.200 hectares de sua fazenda à preservação da mata atlântica e também dos animais que habitam a região. À sua produção de café foram destinados somente os 310 hectares restantes de suas terras. Todo este empenho começou em 1944, quando "seu" Feliciano nem imaginava estar protegendo de extinção o Muriqui ou Monocarvoeiro, o maior primata das Américas (Veja em destaque).

Hoje, "seu" Feliciano apenas acompanha o trabalho iniciado em sua fazenda em 1944 quando se tornou amigo do professor de Zoologia da UFMG, Célio Vale. Foi a partir deste contato, que a Fazenda Montes Claros passou a abrigar um importante centro de pesquisas.

Produção Científica

A importância da reserva chamou a atenção de entidades internacionais, especialmente a WWF — World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Vida Selvagem), que promove a conservação da natureza no mundo inteiro. Em 1979, a entidade entrou na luta através da produção de materiais de divulgação, camisetas e filmes, com destaque para "O lamento do Muriqui", produzido em 1982.

Neste período, crescia também a participação de "seu" Feliciano junto aos pesquisadores. Tanto, que em 1983, fez uma doação de 1 hectare para instalação do laboratório de campo da reserva onde moram os cientistas que estudam o comportamento dos animais e a vegetação da região.

Este foi o primeiro passo para que a pesquisa se expandisse e o resultado, foi que apenas no início deste ano, foram desenvolvidas, simultaneamente, quatorze projetos de pesquisa, entre eles, três de mestrado e quatro de doutorado.

E o acesso dos cientistas foi facilitado através da implantação de um projeto pioneiro no Brasil: o laboratório de campo passou a funcionar também como alojamento para os pesquisadores que pagam diárias. Esta é a fonte de renda que cobre algumas das despesas básicas de funcionamento, tais como pagamento de luz, material de escritório e do único empregado da reserva.

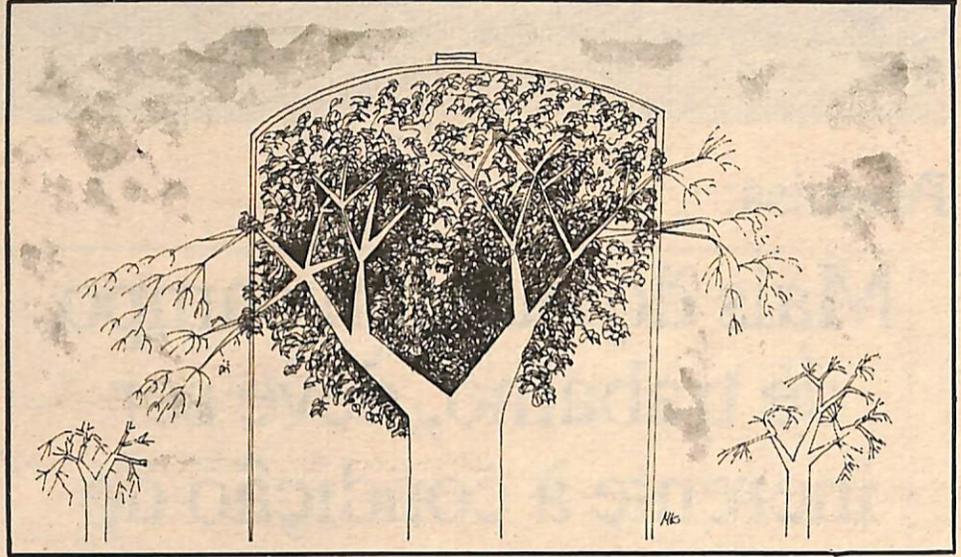
Mas se dependesse apenas das diárias dos pesquisadores e do apoio de entidades brasileiras — que inexistem — o laboratório e a reserva não seriam hoje locais de produção científica. Isto só é possível devido à participação indireta da WWF que financia estudiosos através de bolsas de pesquisa. E é desta forma que é feita a remuneração do diretor da reserva de Caratinga, o biólogo Eduardo Marcelino Ventura Veado. Ele assumiu a função em 1986, antes ocupada pelo professor da UFMG, Célio Vale.

As dificuldades financeiras sempre foram um empecilho ao crescimento de estudos na região. Além disso, a importância da reserva se restringia ao meio científico, continuando desconhecida pela maioria da população brasileira e ainda, pela comunidade local.

Foram estes alguns dos motivos que levaram o biólogo Eduardo a desenvolver um projeto no final de 1987, o qual privilegiava três objetivos: o incentivo à pesquisa através de publicações e simpósios científicos; a expansão do turismo dirigido à especialistas, e ainda, a implantação do trabalho de Educação Ambiental junto à população local.

Este foi o objetivo que exigiu maior empenho, uma vez que o nível de informação era muito baixo. A Educação Ambiental ficou a cargo de Simone Furtini Abras, que centrou suas atividades junto às crianças. Elas foram priorizadas, pois além de serem mais receptivas às novas informações, são menos dispersas geograficamente por frequentarem escolas.

Assim, as escolas foram o primeiro canal entre as crianças e a direção da reserva. Percorrendo as salas de aulas, Simone informava aos alunos sobre a existência da reserva ecológica de Caratinga, e a importância em preservá-la. E a atuação extrapolou a simples teoria. Paralelamente, foram promovidas excursões à reserva, possibilitan-



do uma contato direto entre as crianças e o meio ambiente.

A proposta deste trabalho era garantir, através da conscientização ecológica, a preservação da reserva de Caratinga. "É importante sensibilizar a população local quanto à importância da reserva, para que possam reclamar por ela, caso seja desativada", argumenta Eduardo. E sua preocupação é justificada: a exceção da área onde está localizado o laboratório, o restante da reserva ainda pertence a seu Feliciano. E ainda existem dúvidas quanto à intenção de sua família em prosseguir com o trabalho de preservação.

Oficina da Natureza

Por isso, tornou-se necessário reforçar a Educação Ambiental. Está sendo criada, então, a Oficina da Natureza. Mais do que um local onde adultos e crianças terão semanalmente, cursos de conscientização ecológica, será também, um espaço de contato direto com a natureza. Em "terráreos" e aquários, plantas e animais vão dividir o espaço com materiais de arte, através dos quais será estabelecido um elo entre a ecologia e a criatividade.

Assim como nas Escolas, serão promovidos na Oficina da Natureza, concursos de

redação sob temas ecológicos, além da transmissão de filmes sobre a reserva. Entre eles, "Um passeio na Fazenda Montes Claros", um exemplo de que falta de recursos não impede um bom trabalho. Para se tornar acessível à população, foi produzido com imagens da reserva, sendo intercalado com expressões extraídas das redações, e também dos comentários dos alunos em visita à estação de Caratinga.

Longo prazo

Não há dúvidas de que a conscientização da população é um processo a longo prazo. "Eles têm enorme conhecimento da natureza, mas não têm consciência de sua importância. E quando isto acontecer, vai provocar mudança de comportamento, o que não é de repente", justifica Simone.

Apesar de ser um processo demorado, o estreitamento entre a comunidade científica e a população ainda é o menor caminho para se chegar à preservação da reserva ecológica de Caratinga. Do esforço solitário de seu Feliciano, passando pela falta de incentivo do Governo brasileiro, até a participação de entidades internacionais, ainda sobrevive o sonho de preservação de uma das últimas áreas de mata atlântica do país, e também do maior primata das Américas.

O maior macaco das Américas

A Mata Atlântica é o habitat natural deste primata. Com a devastação desta vegetação, ele começou a sumir do mapa. Literalmente. Para se ter uma idéia, por volta de 1500, haviam cerca de 400 mil monocarvoeiros vivendo de norte a sul do país. E atualmente, os cientistas só conseguiram identificar 365, que sobrevivem nos Estados de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Destes, 63 vivem na fazenda Montes Claros, MG.

O monocarvoeiro ou Muriqui, como também é conhecido, mede aproximadamente um metro e vinte centímetros, acima da média dos primatas que vivem nas Américas Central e do Sul. (Na América do Norte não existem macacos). Os primatas de grande porte como os gorilas, por exemplo, são próprios da África.

Pouco se sabe do monocarvoeiro. De acordo com as últimas pesquisas, só foi possível identificar o período de gestação de sete meses, com um filhote a cada dois anos, além de alguns hábitos alimentares, tais como, folhas, frutas, flores, sementes e cascas de árvores. É essencialmente vegetariano.

Quanto à sua estrutura social, quase nada foi descoberto. Apenas que vivem em grupos. Por sobreviverem apenas em reservas ecológicas, ainda são susceptíveis à interferências externas, o que dificulta a pesquisa. Mas com o mínimo que se conhece a respeito deste primata, já é possível prever sua extinção, se não for preservado. E neste caso, a história de outros animais vai ser repetida: o monocarvoeiro só vai ser conhecido através de livros de História Natural.



Pesquisa:

Mais do que um campo de trabalho, deve ser inerente à condição do psicólogo

Definitivamente, a pesquisa não é o campo de trabalho preferido dos psicólogos. Disparam na frente a clínica, a psicologia organizacional, a educacional e a docência. E bem atrás, caminham a passos curtos outras áreas de atuação, entre elas a pesquisa.

Essa tem sido a opção de pequena parcela dos profissionais. Uma amostra disso é que atuam neste campo apenas 3% dos psicólogos de todo o país. Nos Estados de Minas e do Espírito Santo, os quais o CRP-04 abrange, esse percentual cai para 1,5%, indicando que nesta região a pesquisa é ainda menos privilegiada. Estes foram alguns dos resultados revelados pela pesquisa divulgada pelo Conselho Federal de Psicologia e Regionais, através do livro "Quem é o psicólogo brasileiro?".

Que a pesquisa não é a área preferida dos psicólogos não é nenhuma surpresa. Na prática, a prevalência de outros campos já era percebida. Mas a novidade mesmo fica por conta da não-utilização da pesquisa por parte dos psicólogos como objeto de estudo, ou, ainda, como forma de aprimoramento profissional. Foi o que constatou o psicólogo e psicanalista Jeferson Machado Pinto, pro-

fessor da UFMG, ao concluir a pesquisa "O que é o pesquisar do psicólogo", há cerca de dez anos.

Pesquisa é inerente ao psicólogo

Esse trabalho revelou que, na atividade profissional do psicólogo, há uma dissociação entre o exercício da profissão e a pesquisa. E isso vale para todas as áreas, desde a docência até a clínica. "A pesquisa deve ser inerente à condição do psicólogo", avalia Jeferson Machado. Para ele, a negligência com a pesquisa pode acarretar na utilização de fórmulas prontas, cuja atuação acaba se confrontando com a própria Psicologia, que trabalha com questões mutáveis e dinâmicas.

Na docência, tal negligência fica evidente, quando o professor se limita a dar aulas, não instigando o aluno. E na clínica, a não-utilização da pesquisa pode ser percebida quando o psicólogo, repetindo a falta de instrumentalização de alguns professores, apresenta respostas ao invés de provocar questões.

E como o psicólogo a todo instante se depara com exigências novas, torna-se imprescindível a reciclagem profissional. "E a escola não os preparou para isto", critica Jefer-

son. Segundo ele, os cursos de Psicologia acabam formando técnicos, capazes de aplicarem — ou reproduzirem — o que teoricamente aprenderam nas salas de aulas. "Cada disciplina deveria ser uma pesquisa e, no fim, os alunos deveriam chegar a conclusões e encontrar hipóteses."

Para mostrar que isto é possível, Jeferson cita o exemplo de uma experiência que está sendo realizada pelo professor José Gonçalves Medeiros, coordenador do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. A mudança de currículo da Universidade está sendo objeto de pesquisa por parte de alunos e professores, e não apenas reformulado através de inclusão e exclusão de disciplinas.

Em Minas, ainda não foram realizadas experiências inovadoras como essa. Mas a associação entre a prática e a pesquisa já está sendo seguida, como é o caso da UFMG, que remunera seus professores não só pelas horas-aula, mas também pela produção científica. Apesar de ser um caminho, esta proposta está longe de ser concretizada. Tanto que a escola repete programas disciplinares e ainda utiliza livros adotados há quinze anos. "São indicadores da não-inovação dos conteúdos."

A prova de que as escolas têm grande responsabilidade no baixo proveito que os psicólogos fazem da pesquisa pode ser comprovada, através das áreas da Psicologia com maior tradição neste campo. São nas áreas Educacional e Comunitária que a produção se destaca.

Uma hipótese

A própria história da Psicologia Educacional contribuiu para que os profissionais investissem em pesquisa. Advindos, em muitos casos, da

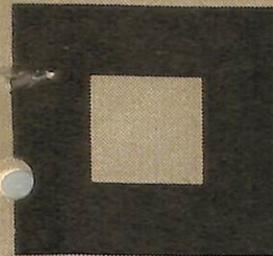
Pedagogia — da qual a Psicologia se originou através de Helena Antipoff —, muitos psicólogos educacionais herdaram a prática da investigação e do estudo.

Já a apropriação da pesquisa por parte da Psicologia Comunitária tem outras raízes. A princípio, recusou-se o modelo de Ciência, atribuído à Psicologia. E a partir desta resistência, desenvolveu-se um modo próprio, levando em conta o sujeito, ao invés de limitá-lo como objeto de trabalho. "E o laboratório deles está aí", completa Jeferson: "A própria sociedade".

Independente de existirem áreas em que os psicólogos invistam mais em pesquisa, o fato é que a produção científica não é o maior interesse do psicólogo. E o que não faltam são justificativas. São muitos os empecilhos, tais como falta de financiamento, dificuldade em conseguir bolsas e de divulgação do próprio trabalho para penetração do mesmo, entre outras formas de incentivo à produção científica no Brasil.

Entretanto, tais dificuldades não são privilégio do psicólogo. O fato é que não existe tradição em pesquisa, nem mesmo na formação profissional. E se há interesse em modificar esta estrutura, a reforma pode começar pelas escolas. E é nisso que Jeferson acredita. "Para que haja incentivo neste campo, é preciso desburocratizar o ensino e mudar profundamente os currículos. Ou melhor, todo currículo deveria ser experimental, e não regido por lei."

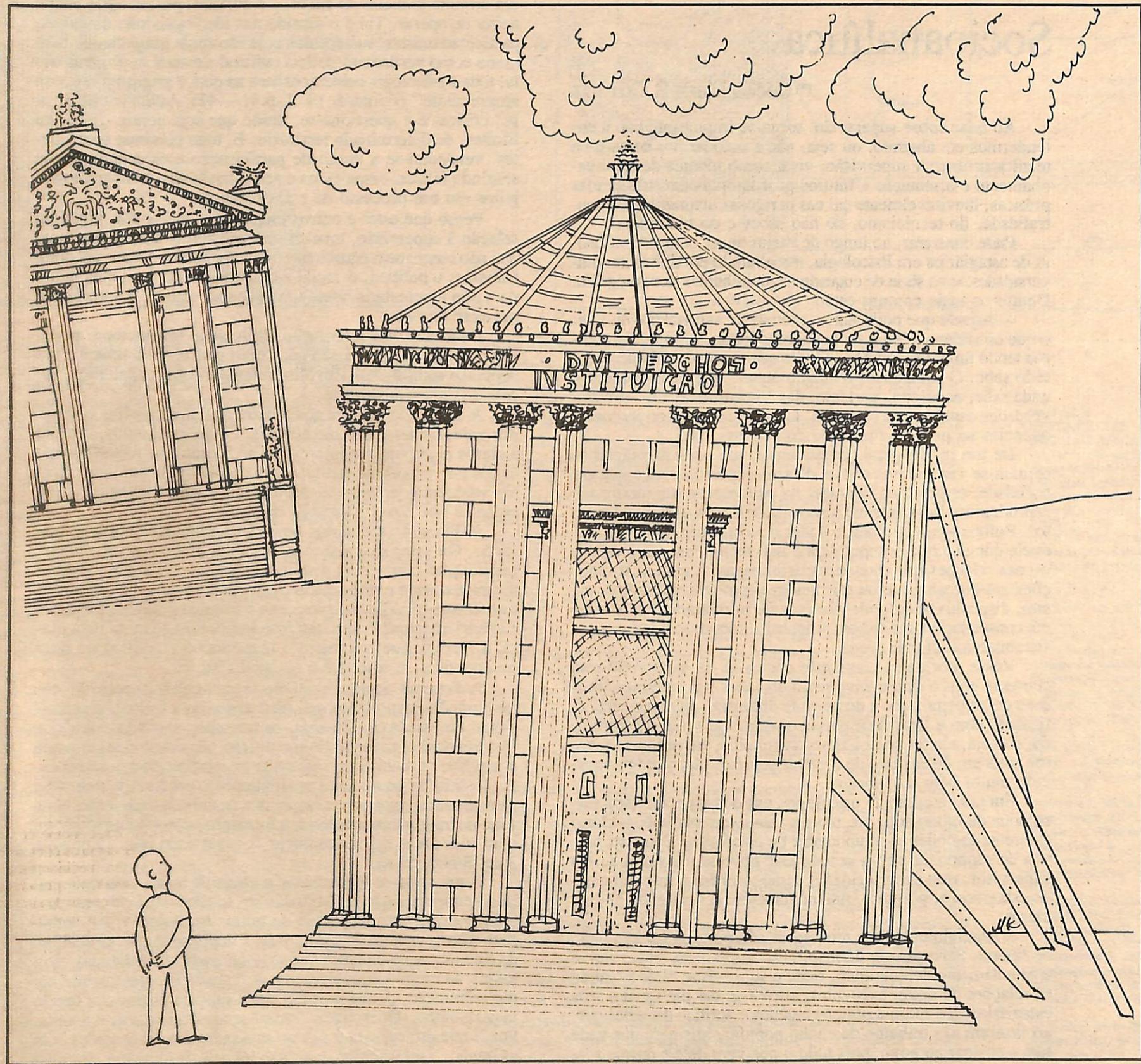
A princípio, parece uma proposta impraticável. Mas, no mínimo, sugere que o estudo crítico da própria formação do psicólogo pode ser uma amostra de que a pesquisa revela bons resultados. É uma hipótese. E, como tal, pode ser pesquisada.



Suplemento do Jornal do Psicólogo CRP-04 MG/ES

Belo Horizonte
Ano 2
Número 9
Junho/Julho 1989

ESCUTA



A 'Análise Institucional' novamente em questão



ESCUTA

A Supervisão Institucional como Intervenção Socioanalítica

(*) Cecília Maria B. Coimbra

Ao falar sobre supervisão, torna-se importante não a entendermos em abstrato, ou seja, não a colocarmos como uma técnica neutra. A supervisão, vista como técnica de acompanhamento e orientação a futuros profissionais em suas tarefas práticas, inevitavelmente cai nas perigosas artimanhas da neutralidade, do tecnicismo, do não saber e do instituído.

Pude constatar, ao longo de vários anos, como supervisor de estagiários em Psicologia, trabalhando em diferentes universidades, uma série de enquadres que os supervisores seguem. Dentre os mais comuns estão:

— Aquele que poderíamos chamar de autoritário, ou seja, o que considera, com o próprio nome indica, o supervisor como tendo uma visão super. Aquele que tudo vê, tudo percebe, tudo sabe. O estagiário, reduzido àquele que nada percebe e nada sabe, necessita, portanto, das “iluminadas” e “sábias” verdades daquele que o orienta. Isso acarreta perigosas consequências na própria formação do profissional.

De um modo geral, constatamos que muitos estagiários tornam-se verdadeiras cópias de seus supervisores, o que em realidade, os gratifica bastante. As palavras de seu mestre são reproduzidas fielmente em seus trabalhos, em seus atendimentos. Reforça-se, com isso, o poder do instituído, do saber, daquele que detém a competência e isso facilmente é reproduzido nas relações que estes estagiários mantêm com as instituições em que atuam e/ou clientes que atendem. Criam-se, assim, dispositivos de poder fortemente introjetados, pois estão em consonância e muito bem articulados com tudo o que o nosso sistema educacional prega.

Vê-se, portanto, como este enquadre de supervisão está coerente com o desenvolvimento do saber psi no Brasil, produto do autoritarismo e do período ditatorial. Está também articulado com a finalidade para a qual a supervisão foi instituída, ou seja, ela foi colocada nos currículos, foi produzida, como mais um dispositivo de controle sobre os alunos e tem exercido muito bem tal função.

Em todo o curso de psicologia, um dos aspectos mais veiculados de modo sutil ou, muitas vezes, de forma bem clara, refere-se ao poder e à onipotência do psicólogo. Com esta prática de supervisão coroa-se todo este processo: através de seu supervisor, esta superioridade, como também a infantilização do estagiário e, portanto, sua incompetência são deixados bem claros.

O segundo enquadre em supervisão poderia ser chamado de liberal. Seria aquele de inspiração humanista, não diretivo e pseudamente democrático, onde o supervisor escamoteando as relações de poder existentes, afirma-se ser um igual a seus estagiários. É a mesma posição ingênua e acrítica daqueles que, ao fazerem um trabalho de cunho popular, afirmam que nada têm a ensinar ao povo, pois tudo o que vem dele é puro e verdadeiro. (Ver nota 1 na Bibliografia).

Neste tipo de atuação, é muito enfatizado o trabalho grupal, através de dinâmicas de grupo e sensibilizações, o que é perfeitamente compreensível para se caracterizar seu aspecto

“igualitário” e “democrático”. Em realidade, não é por acaso que as dinâmicas de grupo se iniciaram nos trabalhos nas empresas, a partir da década de 30, com o desenvolvimento do capitalismo liberal. (Ver nota 2 na Bibliografia). Sabemos que é uma forma de fazer funcionar no vazio, algumas forças que podem se tornar instituintes e, portanto, perigosas. “Criam-se essas válvulas de segurança, esses dispositivos que canalizam os descontentes e fazem funcionar as forças instituintes em circuito fechado. O fluxo... é cortado, passado por alto e deixa de operar. Tal é o sentido das ideologias não diretivas, participacionistas, sustentadas pela ideologia grupista que funciona como verdadeira polícia cultural e estatal e, por trás dela, toda a psicologia contemporânea na qual o grupismo repousa alegremente” (Bernard, 1973, p.4j — 42). Assim sensibiliza-se, critica-se e questiona-se, desde que seja dentro de certos limites, de determinado território. E, tudo continua como antes, vendendo-se a ilusão de participação e os estagiários se sentindo felizes, respeitados e acreditando que estão sendo sujeitos em um processo de transformação.

Penso que estes e outros enquadres, que se têm visto em relação à supervisão, tornam-se verdadeiras armadilhas porque não conseguem equacionar três importantes dimensões deste trabalho: o político, o social e o institucional. Sem eles, a supervisão é percebida como um processo natural, neutro e puramente técnico.

Dentro de um referencial da Análise Institucional podemos entender a supervisão não como uma técnica neutra e um processo natural, mas sim dimensionada histórica, política, social e institucionalmente.

A dimensão política nos mostra que os enquadres colocados anteriormente não são neutros. Como mostramos, servem a claros objetivos que interessam ao Estado e ao fortalecimento dos micro-poderes instituídos. Constestamos com isso os mitos veiculados e reforçados por todo o nosso sistema educacional e por nossa formação social.

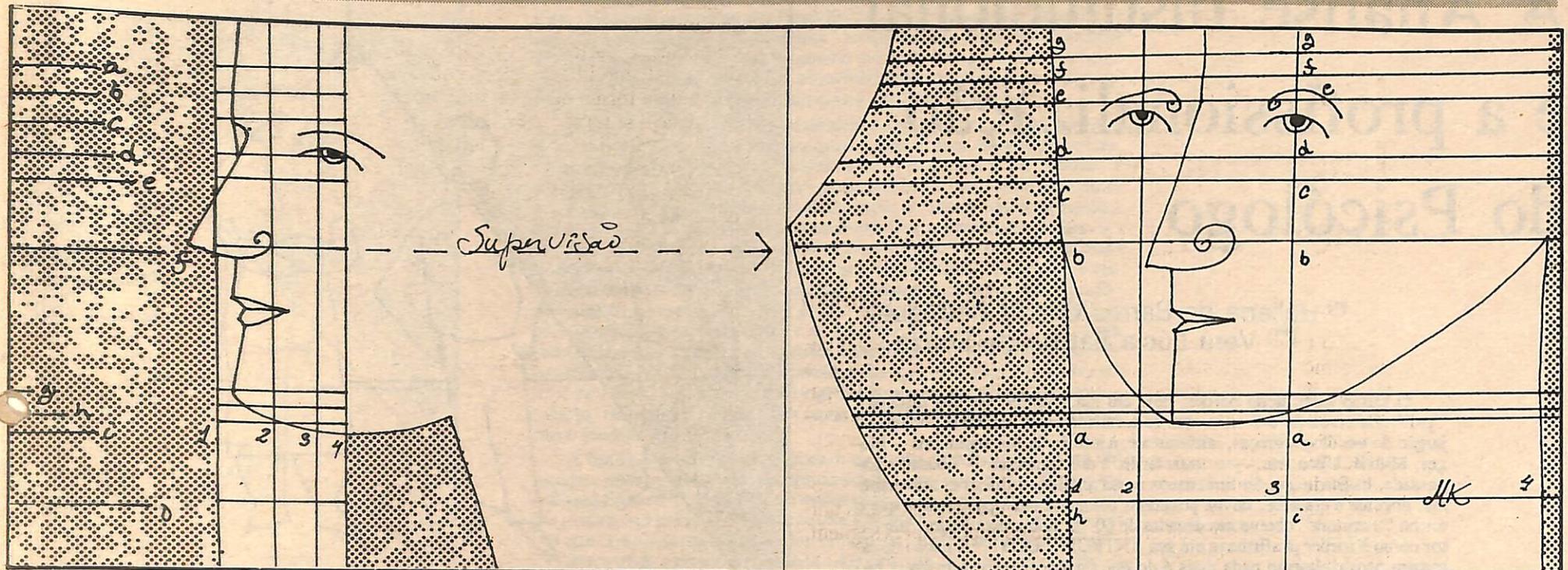
A dimensão social nos possibilita entender a nossa implicação. Ou seja, se a supervisão é uma prática política temos implicações claras com o social. Estamos com o nosso trabalho sustentando e reforçando o que nos cerca, ou pretendemos transformá-lo, colocá-lo em crise e fortalecer novos encontros e agenciamentos? Penso que essa implicação se torna bem clara, à medida que se mostra o lugar social e político no qual o supervisor se inscreve e do qual fala.

A dimensão institucional nos faz entender a supervisão como uma das instituições que instrumentam a formação profissional do psicólogo. Ou seja, se tomamos segundo a Análise Institucional o conceito de instituição não como o lugar onde o jurídico se manifesta, mas onde as relações de produção estão instituídas de maneira aparentemente necessária, natural e eterna, entendemos por exemplo que na universidade temos uma série de instituições presentes: a formação, a profissão-psicólogo com suas áreas de competência, a supervisão, etc. (Ver nota 3 na Bibliografia).

Aqui, torna-se fundamental a noção de transversalidade para entendermos que a instituição da supervisão é determinada e atravessada por uma série de outras instituições. Ao trabalhar com um grupo de supervisão é importante que se desvende e aponte as instituições que ali estão instrumentalizadas, pois assim, ao mesmo tempo em que se discute o próprio grupo como instituição, também se discute a própria instituição supervisão e outras. Quer dizer, “tenta-se apontar para as múltiplas vozes que atravessam e são atravessadas nas instituições com as quais... (se) trabalha, pois não há relações lineares de causa e efeito, umas ações determinando outras; o que há são acontecimentos que se produzem na interrelação contextual, efeitos produzindo outros e mais outros”. (Coimbra, Lobo e Barros, 1987, p. 53).



ESCUTA



Entendemos que há que se inventar dispositivos para se transformar o grupo de supervisão, de grupo assujeitado ou grupo objeto em grupo sujeito. (Ver nota 4 na Bibliografia) ou seja, dispositivos que tentem desarrumar, desbloquear de um modo geral os grupos instituídos, os grupos que conhecemos, que são meramente objetos de outros grupos ou instituições, recebendo suas determinações, seu funcionamento e se ajustando a essas instituições. Nesses grupos instituídos, os membros são identificados com as instituições que determinam sua existência e atravessam sua estrutura. Neles predomina a regra do não saber e o não reconhecimento de suas implicações institucionais. Aqui fica claro que estamos falando das supervisões já citadas de enquadres bem marcados.

Em uma supervisão que chamaríamos institucional, propomos intervir nos grupos instituídos para que se transformem em outros, onde as implicações institucionais sejam desveladas, onde uma outra fala seja produzida, onde as categorias marginais, subterrâneas e reprimidas estejam presentes e possam se expressar. Isto quer dizer que os grupos sujeitos assumem seus próprios desejos e instituem novas relações sociais, tornando-se capazes de romper com os processos identificatórios com outras instituições que criam o não saber sobre si mesmos e sobre seus próprios funcionamentos.

Trata-se, portanto, de romper estes enquadres modelares que tanto o supervisor quanto o estagiário trazem. Enquadres que, em realidade, são territórios fechados com lugares muito bem demarcados, ou seja, o lugar do supervisor (o do saber) e do estagiário (o do não-saber). Há que, no processo de supervisão, tentar a fragmentação dos centros de poder e saber, fortalecendo a circulação e a expansão dos fluxos presentes.

Com isso estamos enfatizando a importância da análise de nossa implicação enquanto supervisores. Ou seja, não é pelo fato de se tentar quebrar os micro-poderes instituídos que se cairia no democratismo ou liberalismo já anteriormente citados. Ao contrário, o lugar do poder e suas relações não são negados, mas afirmados; não no sentido de marcar cada vez mais este espaço, mas no movimento de expandi-lo para que seja por outros apropriado, para que a circulação ocorra. Em momento algum, o lugar social e político no qual se encontra o supervisor é escamoteado. É principalmente debatido com o grupo como tal lugar está marcado, de que maneira ele é ocupado e, portanto, que implicações temos nós com ele. Com tudo isso, entendemos que o grupo de supervisão pos-

sa se tornar uma força instituinte e não simplesmente a reprodução do instituído. Para o instituinte não há cercas territoriais, mas territórios provisórios, onde a circulação tende a se expandir.

Nesta supervisão-intervenção, o trabalho grupal permite a criação de situações que se tornam analisadores do próprio processo grupal enquanto instituição e das demais instituições que ali se apresentam.

Isto traz importantes efeitos, pois desnuda-se o caráter natural e eterno das instituições de um modo geral e em particular da própria instituição supervisão, demonstrando-se que são criações datadas historicamente. Por outro lado, realimenta-se o estagiário nos trabalhos que irá desenvolver em outras instituições, em outros grupos ou mesmo em atendimentos individuais.

Talvez seja ilustrativo descrever aqui os efeitos que a leitura desse texto produziu em um grupo de estagiários com o qual trabalhamos. Com os debates, ficou claro que estávamos com essa supervisão-intervenção conseguindo desarrumar os centros de poder instituídos naquele grupo. Percebemos que as análises e sugestões feitas em relação aos trabalhos realizados circulavam por todo grupo, não se cristalizando na figura do supervisor. Chegou-se a mostrar que, em alguns momentos, principalmente nos grupos de estudo, a coordenação esteve nas mãos de um determinado estagiário e que muitos textos a serem debatidos foram iniciativa e sugestão do próprio grupo. Este debate nos levou a aprofundar as funções de um coordenador de grupo, seus limites e em que situações ele sai de cena.

Com tudo isso, pretendemos mostrar que a supervisão não é somente aquela que nos tem sido apresentada do ponto de vista de instituído. Outros caminhos podem ser percorridos e tentados. E é apostando nisso que ousamos pensar um outro curso para a supervisão. "Foram as praxis dos homens que fundaram as instituições, são suas praxis que as mantêm, transformam ou as colocam em crise". (Evrard, 1973, p.50). É, acrescentaríamos nós, é também através da nossa praxis que ousamos inventar outras. Não no sentido de encontrar um outro modelo ou mesmo uma proposta de terceira via para nosso trabalho. Afirmamos sim que, ao percorrermos tal caminho, estamos realizando uma intervenção, estamos produzindo uma série de acontecimentos e, principalmente, estamos desarrumando o instituído.

Rio de Janeiro, julho de 1987.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Sobre este aspecto ver alguns trabalhos de Carlos Rodrigues Brandão e Marilena Chauí acerca dos diferentes conceitos de cultura popular.
 - (2) Sobre este ponto é importante consultar o livro de Maurício Tragtenberg, *Burocracia e Ideologia*, Brasiliense, SP.
 - (3) Sobre este assunto ver o trabalho de Heliana de B. Conde Rodrigues e Vera Lúcia B. de Souza. *Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo*, in *Análise Institucional no Brasil* — Ed. Espaço e Tempo, RJ, 1987, 17-36.
 - (4) Ver sobre isso Guattari, Félix — *Psychanalyse et Transversalité* — Maspero, Paris, 1972.
 - Bernard, Michel — *Las Condiciones del Grupo de Acción*, in *Análisis Institucional y Socioanálisis* — Ed. Nueva Imagem, México, 1973, p. 41-42.
 - Coimbra, Cecília, M. Bouças, Lobo, Lilia F. e Barros, Regina D. Benevides — *A Instituição da Supervisão: análise de implicações in Análise Institucional no Brasil*. Ed. Espaço e Tempo, RJ, 1987, p. 53.
 - Evrard, Pierre F. — *Las Manos Puras*, in *Análisis Institucional y Socioanálisis* — Ed. Nueva Imagem, México, 1973 p.50.
- (*) Psicóloga; professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.



ESCUITA

A Análise Institucional e a profissionalização do Psicólogo

(*) Heliana de Barros Conde Rodrigues
(**) Vera Lúcia Batista de Souza

O termo **instituição** parece, hoje em dia, onipresente nos discursos "psi". Há cerca de 6-7 anos vem se tornando cada vez mais comum no jargão do psicólogo, graças, inicialmente, à influência dos argentinos — Bleger, Malffé, Ulloa, etc. — e, mais tarde, à dos franceses — Lapassade, basicamente. Se limitarmos nossa análise ao discurso universitário, docente e discente, talvez possamos comparar sua penetração a que o termo "estrutura" obteve nas décadas de 60-70. Sobre este último, um autor como Kroeber já afirmava em sua ANTHROPOLOGY: "A noção de estrutura provavelmente nada mais é do que uma concessão à moda... não acrescenta absolutamente nada àquilo que temos em mente quando o usamos, exceto um estímulo agradável".

A moda tem história

Uma história européia, eminentemente francesa, se nos impõe aqui. Não a percorremos necessariamente na mesma ordem e ritmo, não a vivemos da mesma forma, mas a herdamos ou importamos. E pagamos por isso o preço da confusão, da ambiguidade e, por vezes, da paralisação. Não nos propomos aqui a descrever nossa história — trabalho a ser ainda empreendido — mas a pensar as conseqüências, em nossa prática, da importação em bloco de um percurso conceitual e de intervenção alheio.

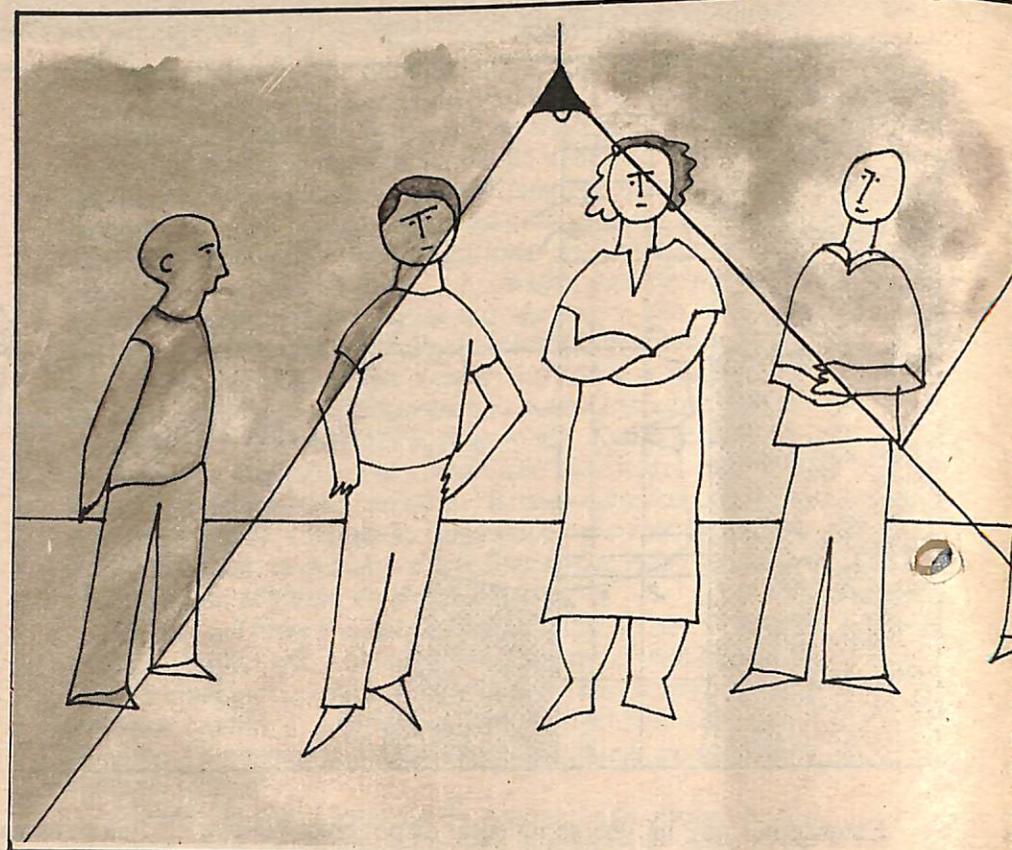
Segundo Lapassade,(2) podemos remontar a atual ênfase sobre o termo **instituição** à noção de Psicoterapia Institucional. Esta, embora elaborada desde a década de 40, aparece "oficialmente" em 1952 em uma comunicação de Daumezon e Koechlan. No mesmo ano, Maxwell Jones define as Comunidades Terapêuticas e não é difícil perceber a analogia entre os dois movimentos. Pois que, neste primeiro momento, **instituição** é pensada como ESTABELECIMENTO de cuidados, num duplo sentido: um estabelecimento que merece ser cuidado (terapeutizado) e que, deste modo, pode ser mobilizado a serviço da ação terapêutica — os enfermos seriam curados pela **institucionalização**, ou melhor, pela participação ativa na vida e nas transformações institucionais.

A ampliação do sentido dessa primeira concepção, originária do movimento de Psicoterapia Institucional, responde pela maior parte dos usos que fazemos atualmente do termo. **Instituições** são, assim, todos os ESTABELECIMENTOS ou ORGANIZAÇÕES, com existência material e/ou jurídica: escolas, hospitais, empresas, associações, etc. Tal sentido está presente em afirmações tais como: "trabalho em uma instituição"; "estamos em uma instituição", etc...

Em um segundo momento, passou-se, ainda segundo Lapassade, à idéia de que as **instituições** seriam DISPOSITIVOS instalados no interior dos estabelecimentos, e não mais os próprios estabelecimentos. O trabalho institucional consistiria, neste caso, numa atuação que fizesse uso de tais dispositivos. Como exemplo, poderíamos pensar em **instituições** tais como grupos operativos, grupos de discussão, assembléias, equipes de trabalho, conselhos de classe, etc., instalados no interior de estabelecimentos tais como escolas, hospitais, empresas, etc.

À primeira vista, não parece que tal uso do termo tenha tido reflexos evidentes entre nós, ao menos quanto ao fato de chamarmos tais dispositivos de instituições. Isto raramente ocorre. No entanto, o sentido de instituição-dispositivo está presente, transformado em "técnicas de trabalho institucional". Aprender a trabalhar em instituições (= estabelecimentos) seria, assim, adquirir informações e prática quanto a tais dispositivos. As técnicas grupais, em suas diferentes modalidades, costumam surgir aqui como "ideais para o trabalho institucional".

Mas o terceiro momento, citado por Lapassade, traz surpresas: são os movimentos anti-institucionais (anti-psiquiatria, anti-escola, etc.), a seu ver, aqueles que introduzem na atualidade um sentido conceitual, e não meramente empírico, do termo **instituição**. Por tal razão, vê, nesses movimentos, os primeiros que poderiam reivindicar, no sentido estrito, a prática (conceitual e concreta) de uma Análise Institucional. Acompanhem a argu-



mentação de Lapassade: "Quando Ivan Illich, por exemplo, questiona a forma geral, mundial, da Universidade, a adoção em todas as partes desta forma geral das relações de formação, chamada Escola, não fala dos estabelecimentos escolares e universitários e sim de um dado mais fundamental, de uma escolha geral e estrutural que aparece na história em um momento determinado e que logo é encontrada em toda parte. E isto é a **instituição**, este produto da sociedade instituinte em tal momento de sua história. O mesmo ocorre com o enclausuramento da loucura, que é **instituição** da doença mental e da separação entre os "loucos" e as "pessoas normais", que não é feita por todas as sociedades (assim, o "possuído" não é nem "louco" nem "doente mental", no sentido em que nós o entendemos). E, também aqui é a anti-psiquiatria que faz a análise institucional da loucura, que o estabelecimento psiquiátrico **instrumenta**."

Encontramos no texto uma conceituação do termo **instituição** que escapa ao empirismo (**instituição** = estabelecimento) e ao pragmatismo e profissionalismo (**instituição** = técnica). **Instituição** aparece como algo imediatamente problemático, como algo não localizável: FORMA que produz e reproduz as relações sociais ou FORMA GERAL das relações sociais, que se **instrumenta** em estabelecimentos e/ou dispositivos.

Voltemos a Lapassade, a fim de explicitar outras notas distintivas do conceito: "Se, nestas condições, o termo **instituição** é conservado, apesar de todas as dificuldades que provoca... (é) sobretudo porque esse termo conserva no próprio uso o sentido que lhe dá a etimologia; seu sentido ativo de **manter de pé** a máquina social e até de produzi-la (vertente do instituinte) e também a vertente do instituído, não para significar o estabelecimento e sim porque a noção do instituído remete a formas universais de relações sociais que nasceram, originariamente, em uma sociedade instituinte e que nunca são definitivas mas, pelo contrário, se transformam e até podem entrar no tempo de seu ocaso."

Nesta concepção, as correntes anti-institucionais seriam institucionalistas (no sentido conceitual) porque revelam que a **instituição** não é uma NATUREZA. Certas práticas tomadas como universais (no campo da psiquiatria e da educação, por exemplo) instrumentam certas hipóteses de base (separação doentes mentais-normais, ou mestres-aprendizes, por exemplo) que precisam, estas sim em primeiro lugar, ser interrogadas quanto às condições históricas de sua produção e reprodução.

Numa tentativa pessoal de definição, diríamos que **instituição** é produção, é atividade. Isto se torna imediatamente problemático, porque tal produção não é algo localizável empiricamente. Poderia ser concebida, nesta linha, como espécie de inconsciente político que institui novas realidades, sempre dividindo, sempre separando. Neste movimento, **trans-forma** relações e práticas que se apresentam como forma geral e natural, em outras mediante as quais a **instituição** se **instrumenta**.

O objetivo da Análise Institucional seria trazer à luz essa dialética instituinte-instituído, de maneira **generalizada** (em todos os âmbitos sociais e realizada por todos). Para tanto, ela pode intervir EM estabelecimentos

e COM dispositivos de sentido ativo.

Analista Institucional

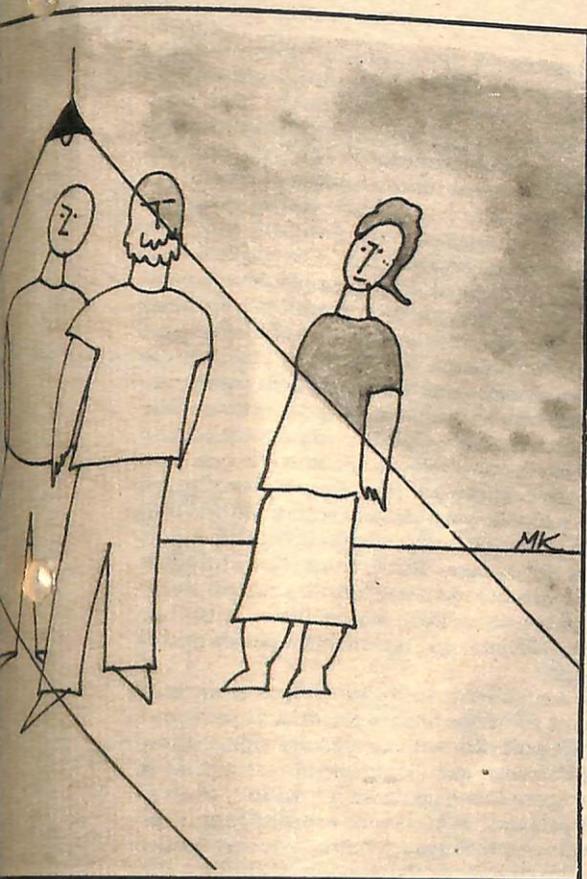
Mediante esta análise institucional das "áreas" de trabalho, o analista institucional tem um meio sentido do trabalho, não, em uma abordagem, mas em uma análise institucional, impõe-se ao cliente. Sobre esse sentido, a análise institucional não se trata de uma análise institucional no sentido mais amplo, mas de um produto, sistema de trabalho para fins de intervenção, distinta das outras organizações que se instituem em estabelecimento-

Neste sentido, o analista institucional, visto que o estabelecimento, a análise institucional, o trabalho de Desenvolvimento Institucional, ou sociologia, ou comunicação ou dispositivos de trabalho. Por esta razão, a análise institucional é diferente do trabalho institucionalmente ao trabalho de organização, seu produto, pelo contrário, u-

Empreendimento, a análise institucional não é vedada? Mas, concretamente este trabalho, mas "a metodologia"

Também "essas questões. Assim, a elas respondendo, o procedimento para a análise institucional, caso possamos responder e responder."

Assim, vejamos a Análise Institucional



mas sempre visando a apreender a instituição em seu

profissão impossível?

reflexão, torna-se claro, por exemplo, que a divisão clássica da psicologia (clínica, escolar e industrial) remete ao primeiro plano (instituição e estabelecimento) e pode implicar, ou mesmo determinar, a dimensão institucional (instituição como conceito, conforme a Análise Institucional). Isto porque, se falamos em Análise Institucional, em todos os casos, uma reflexão sobre a demanda e o contexto, em todo o aspecto, comenta Lapassade: "Pode-se dizer então que a Análise Institucional toma ao pé da letra demandas de intervenção que, em termos de objetivos, converte-se em uma análise organizacional. O termo, ou melhor, em um sentido que nem a organização como processo e a capta somente como uma disposição instrumental, como conjunto prático organizado. Para que haja uma análise institucional dissonante de intervenção é preciso que o alvo seja a instituição em uma organização social determinada, em um contexto específico."

portanto, para a Análise Institucional não há instituição-cliente (aquele que demanda) é sempre em grupo, em uma organização. Paradoxalmente, por outro lado, não há instituição que se atende à demanda do cliente e sim um trabalho organizacional, Psicologia Institucional, Psicossociologia — por mais grupais que sejam — que se utilize no trabalho, afirma Lapassade ao levantar os problemas da Análise Institucional. Em seu limite, em seu princípio mesmo, a intervenção institucional é um empreendimento impossível; com efeito, contrariando os psicossociólogos intervencionistas e conselheiros em psicologia, o objetivo não é uma terapia social, um melhoramento e sim, uma subversão do instituído. Quem pode pedi-la?"

"em seu limite impossível"? Será então que, na verdade, a Análise Institucional e, enquanto profissionais, ela mesma, é uma "revolução" conceitual que, caso instrumentada, será irremediavelmente condenada a tornar-se, não "a profissão impossível", mas sim, mais uma profissão impossível?

em seu limite" talvez sejam afirmativas as respostas a todas as perguntas que formulamos, inclusive, que seja necessário formulá-las e responder. A paralisação do pensamento e da prática que tal pergunta implicar, isto é, a conclusão de que, afinal, a "Análise Institucional serve para nada", torna-se APENAS APARENTE, pois a análise (institucional) destas próprias perguntas

entendamos pela possibilidade, eficácia ou utilidade de uma intervenção institucional a partir do lugar de "organizações-cliente", isto

é, como corporação de profissionais ou aspirantes a profissionais da psicologia. Mediante tais perguntas formulamos algo comparável à demanda de um estabelecimento que pedisse uma "terapia social", um "melhoramento". As respostas afirmativas tomam tal demanda "ao pé da letra", numa linha que visa exclusivamente ao desenvolvimento organizacional e nos dizem: sem dúvida, a Análise Institucional não profissionaliza.

Passemos agora a abordar as perguntas como analistas institucionais. Indagaríamos então: que instituições se instrumentam em tais perguntas, e mesmo nas respostas que a mantêm a nível da demanda do "cliente"? E responderíamos, numa primeira aproximação: a instituição profissional-psicólogo, suas especializações, a delimitação de suas áreas de competência; a instituição formação-profissional-psicólogo, a produção de suas especializações e áreas de competência. Torna-se possível perceber, mediante estas novas indagações e respostas, que nas primeiras indagações e respostas se instrumentam alguns instituídos resistentes, a saber: que a profissionalização de todo saber e toda prática é uma espécie de fato natural (logo, a Análise Institucional deve e só pode ser uma profissão); que, nesta linha de raciocínio, o que não é profissionalizável ou profissionalizador deve ser imediatamente criticado e abandonado; que uma questão só deve ser levantada se dá, imediatamente, origem à orquestração pragmática de sua solução, ou melhor, que seu valor como pergunta só é mensurável pela eficácia imediata de tal resposta.

A fim de tornar mais abrangente e clara esta argumentação, será útil recordar neste momento uma pergunta dirigida com enorme frequência aos anti-psiquiatras: "O que farão, concretamente, pelos doentes mentais?" Esta pergunta é, em tudo, semelhante àquela formulada à Análise Institucional: "O que fará, concretamente, pelos psicólogos, enquanto profissionais?"

Retomando a consideração feita anteriormente, ou seja, de que são os anti-institucionalistas os mais claros analistas institucionais, diríamos por analogia: a questão formulada à Análise Institucional não é respondida unicamente por intervenções concretas relativamente bem sucedidas, mas sim por engendrar entre os psicólogos indagações necessárias sobre nossa profissão enquanto instituição, sobre seu surgimento histórico datado, sobre nosso lugar de periferia no contexto social, em suma, sobre nossa implicação (3) na prática e na investigação.

O que significa esta análise da implicação do profissional que se coloca como "analista institucional"? Podemos partir do fato de ser um "profissional", ou seja, alguém que exerce uma dada atividade e dela depende para sua sobrevivência; em outras palavras, alguém cujo trabalho deve ser PAGO. Quem paga a Análise Institucional? Qual a dependência que se estabelece em relação a quem paga? Qual a dependência que nosso suposto analista institucional tem em relação a seu trabalho? A questão do DINHEIRO, apontado como "analisador de base" pelos analistas institucionais franceses, surge como elemento fundamental nesta análise da implicação. (Lembremo-nos de que estes analistas propõem, por exemplo, a auto-gestão do pagamento e que muitas vezes nada recebem por seu trabalho. Por outro lado, tiram sua sobrevivência de outras fontes: docência, direitos autorais, etc.)

"Aceitar ser 'especialista' de Análise Institucional é aceitar um lugar na divisão do trabalho..." (4) Por que o aceitamos enquanto psicólogos? O fato de sermos psicólogos define, aparentemente, como PSICOLÓGICAS as demandas a que atendemos, enquanto que — sabemos disso muito bem — a Análise Institucional tem um conteúdo quase exclusivamente POLÍTICO. Por que a Análise Institucional, em nosso contexto, vem sendo "apropriada" principalmente pelos psicólogos? Que inquietações, insatisfações e carências da Psicologia nos revela, ou quem sabe mesmo nos oculta, essa tentativa de nos apropriarmos dela como forma privilegiada de intervenção? Poderíamos supor haver aí um certo questionamento da própria divisão do trabalho, uma recusa a nos determos nos limites instituídos como "psi". Ou, quem sabe, uma tentativa de trazer, para a área de intervenção "psi", questões políticas? A dificuldade que nos parece muito grande é levarmos este tipo de questionamento ao cliente, como propõe a Análise Institucional, realizar COM ele a análise de nossa implicação, questionar EM NOSSA PRÁTICA nosso papel de peritos. Isto porque coloca-se de imediato uma questão fundamental: poderemos suportar o risco de desprofissionalização a que este questionamento conduz?

À guisa de conclusão parcial, diríamos que se a Análise Institucional não profissionaliza, este não é seu DEFEITO, mas seu EFEITO: ao exigir a análise permanente da implicação do psicólogo na intervenção que efetua, provoca o questionamento da "naturalidade" tanto de seu lugar de perito quanto, até mesmo, de seu suposto "objetivo natural" (pois, afinal, "o psíquico" ou "o indivíduo" não seriam, também eles, instituições?). "Profissão impossível" em seu limite ela o é, mas é também, por definição e por proposta, PROFISSÃO PERMANENTEMENTE EM CRISE ou LUGAR DA DESPROFISSIONALIZAÇÃO IMINENTE. E isto nos mais variados âmbitos organizativos: da investigação, da prática, da formação. Uma ótica, um desafio, uma proposta. E não meramente um lugar, algumas técnicas ou um conjunto de termos teóricos.

NOTAS E

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Este artigo constitui versão sintética daquele publicado em Saidon, O e Kamkhagi, V (orgs.). Análise Institucional no Brasil, R.J., 1987, Espaço e Tempo.

(2) Lapassade, G. El Encuentro Institucional, in Lourau, R. e outros: Análisis Institucional y Socioanálisis, Nueva Imagen, Mexico, 1977, p. 202 e segs.

(3) A Análise Institucional contrapõe a implicação do analista ao distanciamento com relação ao objeto ("neutralidade analítica"), proposto pelo cientificismo positivista.

(4) Vile, P. El analicismo, in Lourau, R. op. cit., pag. 101.

* Psicóloga; professora do Departamento de Psicologia da Universidade Santa Ursula e da UERJ.

** Psicóloga; professora e supervisora do Departamento de Psicologia da Universidade Santa Ursula.



ESCUTA

INSTITUIÇÕES

LINGUAGEM E DESEJO

Célio Garcia

Há algum tempo, venho pensando nas relações entre língua e instituição. Não há razões para impedir a aproximação, já que a própria língua seria uma instituição. No entanto, quero aqui focalizar, de um lado, material colhido na prática de Análise Institucional, de outro, considerações de ordem teórica ao encaminhar uma reflexão sobre os efeitos determinados que tem a língua em se tratando de classes sociais. Recentemente, um comentário de Deleuze e Guattari (L'Anti-Oedipe, p. 246) me fez voltar ao assunto, agora de maneira mais clara. Já que os autores citados lembram: haveria lugar para mostrar que a dominação se exerce através e na transcendência do operador lingüístico. Acrescentam que Bernard Pautrat pretendeu estabelecer aproximação entre Nietzsche e Saussure (no livro Versions du soleil, figures et système de Nietzsche, ed. du Seuil, 1971). Este autor observa que Nietzsche, contrariamente a Hegel, reconhece, através da língua, as relações determinantes entre o senhor e o escravo. Assim não seria o trabalho, como pensou Hegel, o lugar de identificação das relações de dominação e servidão (dialética do senhor e do escravo). Haveria mesmo para Nietzsche uma língua dos senhores, por intermédio da qual a dominação se efetuará. Poderíamos então dizer que a classe dominante atribui sentido às palavras e que a classe dominada aceita e se submete à significação atribuída aos termos. Ocorrem também casos onde o sentido atribuído a uma palavra é modificado pela classe dominante. Só algum tempo mais tarde a classe dominada vai tomar conhecimento da mudança. Até então, ela — classe dominada — estava apegada ao sentido antigo, fiel à tradição, rompida e espezinhada na prática social. Reservamo-nos uma outra ocasião para exame de termos que elucidam o aspecto aqui levantado.

Mas a língua é uma faca de dois gumes: ela modela a prática social, ao mesmo tempo em que é modelada por ela. Num trabalho de Análise Institucional, observando um grupo de discussão onde estavam presentes operários e psicólogos, pude fazer a seguinte hipótese: a dificuldade de comunicação advém de um fator determinante ligado à utilização da língua e ao seu funcionamento. Pareceu-me, naquela ocasião, que os operários se escondem, se protegem (não no sentido de defesa psicológica, pois esta noção só serve para encobrir os aspectos políticos envolvidos) por ocasião de um diálogo, de uma negociação. Notem que emprego a palavra "negociação" para designar o tipo de conversa entre psicólogos (ou qualquer outro tipo de técnico trabalhando na empresa) e operários e funcionários. Trata-se de uma negociação onde as partes evitam um confronto direto, onde é preciso fazer o possível para evitar que uma parte ludibrie a outra etc. Nesse sentido têm razão os sociólogos da "análise do sistema" quando encaram as relações no mundo do trabalho como correspondendo essencialmente a uma barganha. Mas sobre o assunto haveria muita coisa a dizer, e fica para outra vez.

Quanto à minha prática, quero dizer que os psicólogos se iludem quando fazem hipóteses sobre a empatia, a boa comunicação, sobre a solução dos conflitos no mundo do trabalho, sobre as "relações humanas", sobre o "amor universal" etc. O que vejo cada dia na prática das instituições pode assim ser resumido: A língua é um código, e não é a Psicologia que está interessada em decodificá-la. Pelo contrário, a Psicologia, como prática associada ao sistema, estabelece um supercódigo, como um código do código, trazendo confusão para os interessados, isto é, os operários e os que vivem no mundo empresarial. No caso que pude observar, os psicólogos se esforçavam ou faziam o possível para que o grupo de operários adotasse um procedimento analítico onde as operações mentais seguissem um esquema ordenado na abordagem dos problemas. É, finalmente, o objetivo colimado por todos os métodos de treinamento na empresa (TWI, Training Group, Entrainment Mental, Administração por objetivos etc.). Só que todos eles desconhecem, ou fingem desconhecer, "o pulo do gato" — o que vamos examinar dentro em breve. No caso que pude observar, os psicólogos propunham exercícios onde o procedimento de análise das situações deveria seguir as seguintes etapas: 1) enumerar, descrever as situações; 2) identificar diferentes aspectos presentes na situação; 3) fazer surgir as contradições eventualmente presentes no grupo; 4) situar o personagem no tempo e no espaço, isto é, buscar informações ou um enfoque mais amplo, documentado; 5) situar o acontecimento com relação à época e à região onde estávamos trabalhando; 6) busca de causas e conseqüências. Enfim, nada de mais congruente com o esforço de ver claro, de analisar situações, encaminhar soluções. Tudo dentro do melhor racionalismo, devidamente condimentado com alguns laivos de dialética no tratamento dos problemas. Não me demoro no exame das fases pelas quais deve passar uma discussão, fases aconselhadas e identificadas por diferentes métodos em uso em diversas empresas, porque considero inútil tal empreendimento. Todos esses métodos se resumem numa seqüência de operações mentais mais ou menos ordenadas por uma teoria da informação, ou tratamento de dados, sem nenhuma possibilidade de aplicação, sem nenhuma seriedade com relação aos objetivos a que eles se pro-

põem. "Recursos humanos", "relações humanas", "marketing", "desenvolvimento de pessoal" tem sido uma balela que as empresas pagam bem caro, e que mais dia de pessoal" tem sido uma balela que as empresas pagam bem caro, e que mais dia menos dia poderá ser devidamente avaliada. Enfim, quero dizer que os meus psicólogos estavam reunidos com um grupo de operários e faziam o possível para que estes adotassem a grade de análise conhecida implicitamente ou não para identificação de problemas, e encaminhamento de soluções no mundo ocidental, cristão, cartesiano. Pois bem, os operários, sem nenhum déficit intelectual faziam questão de demonstrar confusão no trato do problema, passando de uma fase para outra, sem nenhuma disciplina, sem nenhuma inclinação para a racionalidade. Convenci-me então de que se tratava de uma situação exemplar — e que daquele exemplo deveria partir para uma série de hipóteses. Percebi que havia um grupo de psicólogos em frente a um grupo de operários, cada um com seu jargão, cada um com seus objetivos mais ou menos bem definidos, e que não seria a Psicologia das Relações Humanas que me ajudaria a compreender o que estava acontecendo. Conhecia bem aqueles homens e sabia que eles eram hábeis no trato com as máquinas às quais estavam habituados. Conhecia igualmente os preconceitos de toda ordem que imperavam no meio político-social que eles formavam. Não havia outra solução senão ouvir cada palavra que cada grupo pronunciava (psicólogos e operários). Inicialmente, constatei que os psicólogos possuíam um número bem maior de palavras, um repertório bem mais elevado — entre parênteses, não tenho a menor dificuldade em falar em repertório. Pelo contrário, a proporção é de um para dez ou mais. Isto é, se um operário dispõe de 500 palavras, o psicólogo dispõe de cinco mil. Só este dado indica bem a desigualdade na repartição do dicionário (cada palavra podendo equivaler a um certo número de cruzeiros, pode-se facilmente calcular o que representa a pessoa possuir 500 ou 5000 termos no seu repertório).

Uma segunda constatação levou-me a considerar que os psicólogos enunciavam de preferência certas palavras, enquanto os operários tinham preferência por outras. Este tema também fica para outra ocasião, pois não estou de maneira alguma apressado em estabelecer uma semântica experimental que viesse corroborar o ponto de vista aqui levantado. Pelo contrário, até agora só me interessa o "ruído", como diria o ciberneta. Para dizer em poucas palavras, interessa-me especialmente a inadequação da abordagem psicológica frente ao problema encontrado nas relações no mundo do trabalho. Enfim, havia uma barreira, de nenhum modo imputável à dificuldade de comunicação habitualmente conhecida por pesquisadores ou engenheiros de "relações humanas". E não será abordagem do problema por aproximações mais ou menos astuciosas baseadas na "teoria do equilíbrio" (veja-se Heider, ou mesmo Festinger e outros) que viria resolver problema. Há, a meu ver, um "efeito" de linguagem que determina as relações no mundo do trabalho. E, ao final de um treinamento, os termos que passam a ser empregados pelos operários ou funcionários de uma empresa representam aquele supercódigo (código do código) a que me referi acima, que vem tornar mais confusas as relações no mundo do trabalho. Enfim, uma forma de dominação, uma ilusão de que são vítimas aqueles que as empregam (psicólogos e homens de empresa). Ainda com relação a este grupo, penso que o participante, operário ou funcionário, tem dificuldade em falar sobre a própria situação. Assim, pelo que se disse nos parágrafos anteriores, não se pense que o operário tem domínio da língua como instrumento à sua disposição; pelo contrário, ele está submetido a ela, na qualidade de modeladora da prática social, e os significados que ele manipula não são senão efeitos do significante. (Veja-se mais adiante parágrafo sobre o valor de uso e o valor de troca paralelamente às considerações sobre o significado). Lembrei-me a propósito do grupo em questão, que na clínica o paciente também se mostra em dificuldades para falar de si mesmo, malgrado a escuta atenta do psicanalista. Lembrei o comentário de Freud sobre seu cliente, conhecido na literatura psicanalítica como o "homem das ratazanas." "foi alguém que se perdeu numa metáfora..." diz Freud. Não se trata de um comentário sobre o estilo do homem das ratazanas, mas o que disse Freud vai aqui tomado ao pé da letra. Se um operário falasse, se ele fala a respeito de sua situação, tudo se passa como se ele se perdesse numa metáfora...

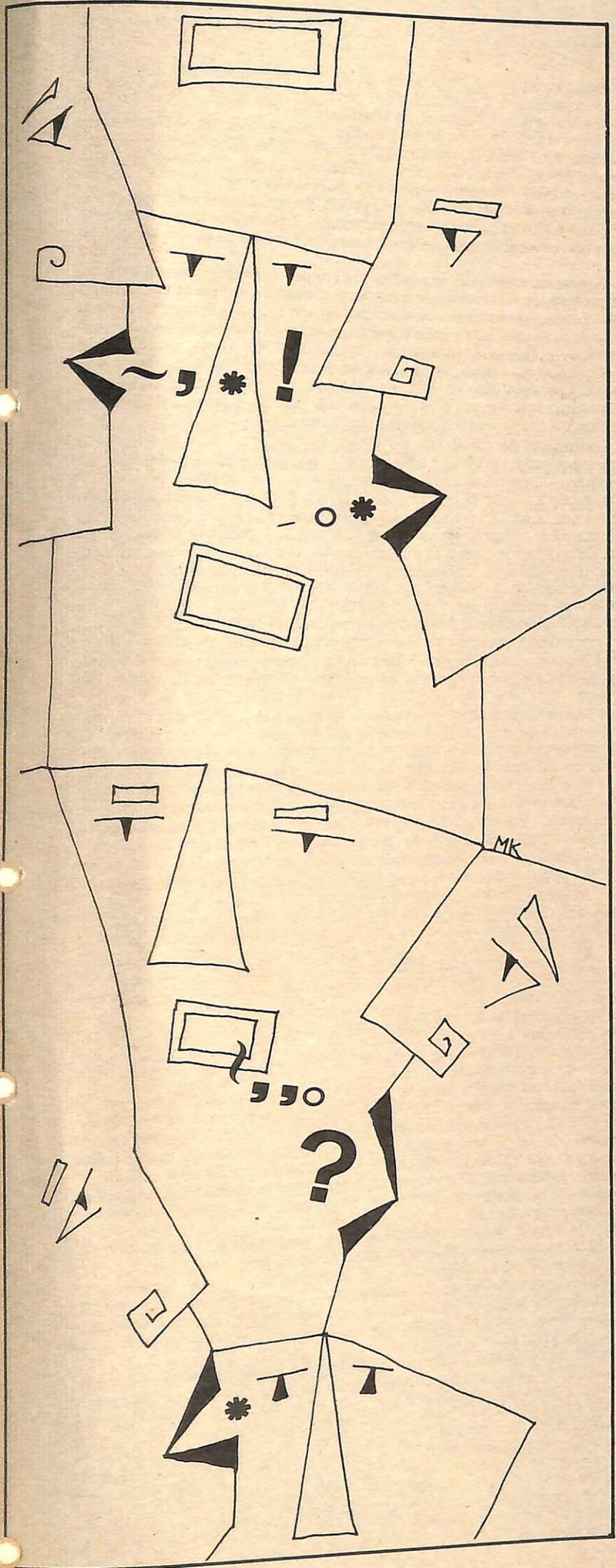
Por outro lado, temos a dificuldade que experimenta o psicólogo em fazer intervenções. Como já disse, o operário diante do psicólogo, que é um estranho a serviço do patrão, se esconde numa linguagem dita "obstáculo à comunicação". Agora vemos que também o psicólogo se esconde no seu tecnicismo, no seu jargão — e não há outro à sua disposição. Encontramos aí uma manifestação da divisão em classes, a língua sendo um veículo dessa divisão. A seu turno, sobre a língua incidem os efeitos da divisão em classes.

Estariamos propondo uma Sócio-lingüística? Não, pelo menos nos termos em que esta disciplina é conhecida. Assim, os autores assinalam o interesse em se estudar a língua relacionada com o contexto social, distinguindo uma macrosócio-lingüística de uma microsócio-lingüística. Para nós, nem uma nem outra. Ambas desconhecem os efeitos a que está submetido o sujeito, ambas se restringem a um aspecto descritivista. A primeira lida com fenômenos ao nível das línguas (por exemplo, quando uma língua é posta em contacto com a outra por força de vizinhança ou de contacto de dois povos). Neste caso, encontramos os chamados "conflitos lingüísticos", processos de substituição paulatina de uma língua por outra, situações de especialização, isto é, uma língua passa a ser unicamente colonial e familiar, enquanto a outra guarda seu caráter de prestígio, falada na corte, nos negócios ou na produção literária.

Quanto à microsócio-lingüística, ela se ocupa de fenômenos de bilingüismo, ou de estudos em torno da língua materna. Gostaríamos de evitar tanto uma quanto outra perspectiva. Passar do grupo para o social-político, do indivíduo para o cultural, e vice-versa. Para isso, não me ater necessariamente às palavras, mas identificar as fontes de onde vêm os pedaços de frases, as alusões, as distorções, as idéias. Quero dizer que o discurso produzido pelas instituições seria produto de outros discursos. As frases já vêm feitas (todo mundo sabe disso). As citações são imprecisas, mal escolhidas, o que enriquece mais ainda o estudo ora em questão. A instituição



ESCUTA



fala de "vestir a mesma camisa", "remar no mesmo barco", "a empresa tem que dar lucro", "não podemos olhar somente o lado humano" e a racionalidade e a solidariedade são postas como marco de referência a cada momento. A empresa lida com o valor de troca (atribuído à mercadoria), com o valor de uso quando pretende ser humanista; mas ela não admite ser chamada de irracional. Em outras palavras, o valor simbólico é desconhecido, diria que ele é temido. No entanto, a presença de um especialista em "ambivalência", alguém que lida constantemente com o valor simbólico, mostra bem que a empresa encerra alguma coisa que é constantemente negada, desconhecida. Donde a posição delicada ocupada pelo psicólogo na empresa, nas instituições de um modo geral, desde que ele não tenha sido promovido a chefe do pessoal, como é algumas vezes o caso. (Cada vez mais frequente, ao que me foi dito!) Falar em ambivalência significa falar em improdutividade — e a empresa não admite reconhecer que não há improdutivos cem por cento, nem produtivos cem por cento. O merecimento é medido em função de alguma coisa que não existe, isto é, a produtividade associada à mercadoria, esta definida em termos de valor de troca. O sistema está longe de funcionar tão bem, como se tudo corresse macio... Este aspecto é desconhecido pelos adeptos da "análise de sistema". Ninguém barganha com o valor simbólico, eis que ele só conhece o dom e o estupro.

Assim é que fui levado a me interessar pela produtividade/improdutividade numa empresa. A improdutividade não se deixa facilmente identificar, ela escorre, ela se esvai entre nossas mãos. Ela serve de ocasião (sempre disfarçada) para veicular, expressar uma série de desejos, fantasmas quanto à situação de trabalho. Como abordar tal situação?

As formas de produção social, dizem Deleuze e Guattari, implicam numa posição improdutiva, um elemento de antiprodução, associado ao processo, de uma maneira mais ou menos inesperada... Ora, ao que tudo indica, o sistema despótico vem a ser a fonte de antiprodução. Ao lado deste comentário, lembrar que a grande descoberta da psicanálise foi a "produção do desejo", a "Produção do Inconsciente". Faça questão (depois de Deleuze e Guattari) do termo produção para assinalar que há um aspecto máquina nessa história. O Inconsciente como produtor foi ocultado por um idealismo que passou a falar em representação, em vez de unidade de produção. Sinto-me à vontade, é caso de dizer, para falar em "produção", "unidades de produção", já que iniciei o texto sob a invocação do mundo empresarial... A redescoberta do Inconsciente produtivo implica em:

1) Confrontação direta entre a produção do desejo e a produção social, entre o sistema e a ideologia (atenção clínica); 2) Elucidação da repressão que a máquina social (seja ela qual for) exerce sobre as máquinas de desejo, e a relação entre recalque e repressão. Existe, por conseguinte, um paralelo entre a produção social e a produção do desejo. Em ambos os casos, uma instância de antiprodução está sempre pronta a se apropriar das formas produtivas. Por outro lado, não há distinção a estabelecer entre a produção social da realidade e a produção do desejo em termos de fantasmas. A produção social (da empresa, por exemplo) vem a ser simplesmente a produção de desejo sob determinadas condições. Dizemos que o campo social é percorrido pelo desejo, e que ele, campo social, vem a ser um produto historicamente determinado nessa situação. A libido não tem necessidade de mediação, nem de sublimação, nem de transformação especial para investir as forças produtivas e as relações de produção. Além disso, as formas as mais repressivas, as mais mortíferas de repressão social, são produzidas pelo desejo.

Somente dentro desta abordagem, vejo uma saída para as aplicações sem fim (e que cheiram a charlatanismos) levadas até o mundo do trabalho pelas ciências humanas. O objetivo da Análise Institucional seria o desenvolvimento das estruturas repressivas. O objeto do desejo sendo o próprio real, não nos parece necessário admitir a existência de uma forma particular, denominada por alguns "realidade psíquica", distinta da ordem das coisas. A resistência à Análise Institucional revela uma forma de defesa do sistema que insiste em não se mostrar disposto a declarar sua improdutividade. A abordagem do problema em termos do imaginário dá aos interessados a impressão de que alguma coisa se salva nesse ambiente de improdutividade. Nesse sentido a Administração seria o lugar, por excelência, onde se manifesta o campo do imaginário. As iniciativas do setor administrativo são sempre eivadas dessa ilusão que alguma coisa é recuperada, alguma disfunção é corrigida. O administrador é especialista da produção imaginária. Ela lida com o que não pode existir. Donde o lugar especial que o setor administrativo ocupa no organograma ou nas relações entre diferentes serviços. Ao administrador cabe, em tese, o apoio às unidades de produção. No entanto, todos conhecemos desprestígio que envolve qualquer intervenção do setor administrativo. O setor de produção pode, a qualquer momento, lembrar a prioridade de que ele goza, eis que sua produção é real. Só ele é capaz de justificar a empresa. E, no entanto, também o setor de produção é improdutivo. Aí encontramos, da mesma forma, os recursos bem conhecidos, tais como "operação tartaruga", "dificuldade de comunicação", "direitos de antiguidade", "ritmo controlado pelos operários" etc. Nem o cronômetro, nem "medidas de tempo e métodos" são capazes de eliminar a inércia do sistema. Os programas de incentivo à criatividade, "as caixinhas de sugestões" se encaminham para uma situação de ineficiência que só não é percebida pelo administrador. Eis que a este cabe administrar a ineficiência...

Por conseguinte, o tema produtividade/improdutividade, para ser abordado com alguma possibilidade de elucidação, terá que admitir conceitos que dizem respeito à produção de desejo, à repressão com relação a esta produção. Já encontramos empresas que atribuem aos operários a autogestão de sua produção, cabendo a cada um a determinação de seu ritmo de produção, a organização de seus métodos de trabalho, a ordenação de seus tempos mortos. É um recurso do administrador ao abordar o problema do desejo e da produção do desejo. Resta abordar essa nova modalidade de relação que a instância antiprodutiva estabelece com as forças produtivas.

NOTA

1 — As estatísticas são dos melhores lexicógrafos da Europa: um homem comum dispõe por volta de 300 palavras, enquanto um cientista pesquisador tem em seu repertório 30.000 palavras.



O Campo Institucional da Medicina Popular

Romualdo Dâmaso

I. Instituição e Contra-instituição

Fenômenos e processos designados pela expressão "Medicina Popular" têm, aparentemente, uma significação precisa no uso coloquial que dela fazemos. No entanto, quando se tenta definir o campo da Medicina Popular, percebe-se que os conceitos não são tão unívocos como se poderia desejar. A expressão inclui sentidos múltiplos, tais como:

1. popularização do saber e/ou das práticas médicas.
2. medicalização de saberes e práticas extra-médicas, isto é, o "aproveitamento", por parte da Medicina Científica de fragmentos, setores e aspectos da Medicina Popular, quando estes se mostram eficientes como coadjuvantes das terapêuticas oficialmente reconhecidas.
3. saberes, instituições e organizações medicinais de tradição cultural e de bases sociais populares.

Em princípio, nosso campo de estudos visa cotejar algumas questões pertinentes a esses três campos semânticos, orientado, todavia, pela questão institucional de base, a saber: a medicina popular possui um universo próprio singular, específico, nitidamente demarcado em relação a outros conjuntos e, principalmente, confrontado com um saber organizado que se considera científico, acadêmico, oficial?

O próprio conceito de "Medicina Popular" não terá sido forjado a partir do ponto de vista oficial e hegemônico o qual, ao opor-se aos processos das medicinas tradicionais, constitui saberes que relegam a medicina popular ao campo da superstição, da bruxaria, da magia, do engodo, do pragmatismo, do empirismo e da inverificação objetiva?

Pode-se falar de duas medicinas ou estamos, no que tange às práticas populares de saúde, diante de sistemas polimorfos, diluídos e fragmentários, destituídos de qualquer coerência e rigor? Se assim é, como se dá a relação entre medicina científica, de um lado, e as práticas populares de saúde, do outro lado?

A medicina científica tem um posicionamento ambíguo em relação ao tema: ora ignora, pura e simplesmente, a instituição da medicina popular, ora, pressionada pelas suas próprias contradições internas, admite lidar com componentes da mesma, porém sob a condição de que os mesmos sejam redimensionados seletivamente no interior do saber médico.

Por outro lado, o próprio tecido institucional das classes populares é vazio de hierarquias, de monopólios, de manipulações, que funcionam como técnicas de poder as mais diversas incluindo-se aí, evidentemente, o próprio poder de cura dos agentes terapêuticos populares, sejam eles pais-de-santo, benzedeiras, raizeiros, rezadeira ou encantadores.

De qualquer maneira, e para testar o nosso tema básico, proporemos que as práticas terapêuticas populares são produzidas, organizadas, mantidas e transformadas no interior mesmo dos sistemas de pensamento e de ação das classes populares. Duas hipóteses podem aqui ser aventadas.

1. as práticas terapêuticas populares constituem processos culturais relativamente autônomos em sua elaboração, organização e atuação, ainda quando absorvam e se reapropriem de fragmentos da medicina científica.
2. tais práticas são dotadas de real eficácia diagnóstica e terapêutica, cujos fundamentos e possibilidades nos interessa conhecer.

A ser válida a hipótese de que a Medicina Popular é um dos saberes próprios das classes populares, será possível encontrar, junto às instituições que a constituem, sistemas de idéias e procedimentos que visam o diagnóstico, a prevenção, o tratamento e a cura dos males do corpo e da mente. Encontraremos, também ali, regras sociais e leis simbólicas que ordenam os modos de acesso, o aprendizado e o seu exercício efetivo. Neste nível encontraremos, ainda, as formas organizativas adotadas pelas comunidades na sua confrontação prática com os problemas de saúde.

A expansão, para o meio rural, das instituições capitalistas, assim como o desesperado êxodo rural-urbano provocado pela mecanização crescente da agricultura, provoca alterações profundas na ordem social, econômica e política das comunidades camponesas, desatando o tecido social que é uma das mais fecundas matrizes das terapêuticas populares. Os fios do tecido, entretanto, não se perdem, e o migrante camponês passa a ser o veículo de uma implantação, no seio da vida urbana, das práticas tradicionais de medicina.

Correlatamente, tais práticas de saúde vão sendo substituídas, no campo e na cidade, pelos serviços de saúde da rede oficial, mais adequados às necessidades de uma rápida recuperação da mão-de-obra e à lógica da produtividade capitalista. Vemos, assim, que embora as transformações econômicas tendam a

suprimir a base social sobre a qual repousam as terapêuticas populares, estas acabam por reorganizar-se e rearticular-se, ainda que segmentariamente, em função de exigências impostas pela nova realidade.

Dentre tais exigências, há que se destacar o fato de que a medicina engendrada e enxertada na maquinaria capitalista não é uma medicina de interesse popular, mas trata-se, muito ao contrário, de uma tecnologia privatista alimentada pelo interesse do enriquecimento e da acumulação.

A abordagem aqui ensaiada torna-se, a nosso ver, tanto mais relevante quando se leva em conta a extensão dos questionamentos filosóficos, teóricos, terapêuticos e éticos que caracterizam uma crise sem precedentes da medicina científica.

"A eficiência do atendimento médico não depende exclusivamente das iniciativas empreendidas no sentido de ampliar e elevar a qualidade desse tipo de atendimento. Fatores de natureza cultural podem vir a se constituir em obstáculo ao sucesso da ação estatal, na medida em que a população visada não é receptáculo passivo de políticas ditadas a nível ministerial. (...) Da incompreensão desse fato decorrem as tentativas de solução do problema através de medidas drásticas como a perseguição dos agentes vinculados à "medicina popular" (curandeiros, rezadeiras etc.) quando, a rigor, trata-se não de reprimir, mas de compreender a função social que cumprem esses agentes (1)".

II. A Instituição da medicina popular

A medicina popular, pode ser entendida, numa primeira aproximação, como um conjunto — não necessariamente coerente — de práticas, associadas a conjuntos de saberes — não necessariamente científicos —. A articulação entre tais práticas e tais saberes constitui, popularmente, a arte de curar.

Há comumente um engano quando se define a M.P., tendendo-se a creditá-la amplamente difundida nas camadas populares e universalmente conhecida e praticada, como uma sabedoria corriqueira. Existe, sem dúvida, uma M.P. circulante, difusa, cosmológica e mítica, de conhecimento comum. Mas tal é apenas um de seus níveis, e certamente, ela terá sido assim originalmente, em suas primeiras formas, uma resultante direta do íntimo contato dos homens — especialmente dos trabalhadores rurais — com a natureza imediata, na vida cotidiana: uma observação espontânea da vida vegetal, assim como o permanente contato com essa vida, acabam por revelar, progressivamente, a sua implicação na vida humana.

3. Num segundo momento, entretanto, aquelas práticas rústicas originais passam a ser objeto de um "trabalho racional", principalmente por parte dos místicos, mestres e alquimistas — Cristo, Buda, Maomé, Lao-Tsé, Hermes Trismegisto, Paracelso, Roger Bacon, Papus e todos os demais — quer tomados isoladamente, vistos desde o interior de suas propostas, quer tomados por inserção nos processos históricos, sociais e culturais nos quais se produziram.

A M.P., tomada no seu eixo histórico e no seu núcleo de conhecimento, sofre uma radical transformação com o surgimento e a prática dos grandes mestres doutrinários, talvez associado ao fato de que os mesmos, cada um segundo seu crivo de fé, procuravam mostrar as vias — cuja validade não está aqui em discussão — de cessação do sofrimento humano e de cura dos seus males.

Insistimos na tese de que a M.P. difundida e fragmentária, cujos fragmentos se pode ainda encontrar aqui e ali espalhados pelo campo social, remete, na verdade, a conjuntos bem mais organizados de princípios.

4. Estes dois níveis de organização da M.P. — os princípios e técnicas nucleares, de um lado, e as formas sociais de sua difusão, do outro, nos orientam, portanto, em duas direções:

1. o saber organizado da medicina popular — organização que pode vir do mito, da parábola ou até mesmo da teoria;
2. o saber difuso da M.P., a saber, as vias de sua produção, reprodução e circulação pelas capilaridades sociais.

A seqüência do estudo caminhará, logicamente, nas duas direções, procurando detectar sempre os pontos de contato e de distanciamento entre ambas.

5. A M.P. transforma-se na história e, conseqüentemente, não faz sentido estar a procurar sua raiz e seu sentido no passado e nas suas formações mais originais. Ela foi sensível às transformações provindas do mundo industrial e tecnológico da modernidade. Esta é a razão pela qual o conceito da disciplina deve ser ampliado, de modo a incluir todas as práticas, advindas de setores populares, visando responder por suas necessidades de saúde, a partir de suas condições históricas e reais de vida, mobilizando e transformando os recursos da natureza e da técnica em seu benefício vital.

No caso da realidade brasileira, a M.P. engloba conjuntos e elementos de práticas e saberes aportados pelas diferentes etnias que nos formam: na fitoterapia, por exemplo, encontraremos indicações e preparos transmitidos pelas culturas indígenas, pelas culturas negras e pelas culturas européias provindas da colonização e da imigração.

Atualmente, já não são mais incomuns as iniciativas de algumas comunidades — valendo-se de suas corporações associativas — no sentido de resgatar e sistematizar para imediata reaplicação, todo o arsenal detectável de medicina original ainda existente dentro delas e nos seus contornos.

A medicina científica, por sua vez, já não se limita apenas a desqualificar e tratar como puro empirismo as práticas populares. Ao contrário, o campo da fitoterapia, por exemplo, tende, cada vez mais, a constituir-se em especialidade acadêmica e mesmo clínica, mostrando que o convívio direto do homem vulgar com a natureza vegetal não produz apenas vulgaridades, porém conhecimentos. Conhecimentos que ainda são, em nossos dias, intrigantes enigmas para os laboratórios fitoquímicos.

(1) LOYOLA, M.A., 1984: Medicina Popular, in "Saúde e Medicina no Brasil", Zahar, Rio, pag. 225.